



23

## ***O Sentido do Trabalho***

***Algumas reflexões sobre o trabalho e a crise do mundo do trabalho***

Banca examinadora

Prof. Orientador Sigmar Malvezzi \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

*Ao meu pai, Miguel e ao  
mestre Ramon Moreira Garcia,  
com saudades.*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

*Lorena Teixeira Bittar*

## ***O Sentido do Trabalho***

***Algumas reflexões sobre o trabalho e a crise do mundo do trabalho***

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP.

Área de concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento, como requisito para a obtenção de título de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Sigmar Malvezzi

*São Paulo*  
*1997*



**BITTAR**, Lorena Teixeira. *O Sentido do trabalho - Algumas Reflexões sobre o trabalho e o mundo do trabalho*. São Paulo: EAESP/FGV, 1997. 94 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV. Área de concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

**Resumo:** Discute se o mundo do trabalho dos anos 90 oferece mais condições concretas de realização de um trabalho que proporcione prazer comparativamente ao mundo moderno - entendido como período industrial até os anos 60-70. Toma como base o conceito de *princípio de desempenho*, criado por Herbert Marcuse, e elabora as características de um trabalho prazeroso, bem como mapeia as mudanças vividas neste final de século que afetam o trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho, prazer, sentido do trabalho, crise do mundo do trabalho, princípio de desempenho, desemprego e cultura do lazer.

02-107 0014-93660

Escola de Administração de	
Empresas de São Paulo	
Data	Nº de Chamada
04.7	331
Turma	B6245
	DIS.
662/97	e. 1

## ÍNDICE

Introdução .....	02
Parte I- O sentido do trabalho.....	10
Cap. 1 - <i>O sentido histórico e filosófico</i> .....	10
<i>Labor, trabalho e ação</i> .....	13
<i>Análise histórica</i> .....	17
Cap. 2 - <i>O sentido individual versus o sentido socialmente construído</i> .....	22
<i>A centralidade do trabalho</i> .....	26
<i>A alienação do trabalho</i> .....	28
<i>O prazer e a carga psíquica do trabalho</i> .....	30
<i>O sentido do trabalho e o sentido da vida</i> .....	32
<i>Trabalho como identidade e a consequência do desemprego</i> .....	36
<i>Variáveis condicionantes</i> .....	39
Parte II - Transformações no mundo do trabalho .....	45
Cap. 3 - <i>A crise do modelo</i> .....	45
<i>A Segunda Revolução Industrial e o modelo fordista</i> .....	46
<i>A crise do padrão de desenvolvimento ou a crise do fordismo e a ascensão do liberal-</i> <i>produtivismo</i> .....	50
<i>A emergência do modelo-liberal produtivista</i> .....	52
<i>A crise do liberal-produtivismo ou a Terceira Revolução Industrial</i> .....	53
<i>A visão de Robert Kurz</i> .....	57
Cap. 4 - <i>O desemprego</i> .....	59
<i>Os números</i> .....	59
<i>Explicações macroeconômicas do desemprego</i> .....	61
<i>Tecnologia: a grande vilã</i> .....	64
<i>No Brasil</i> .....	66
<i>O que fazer com o desemprego</i> .....	67
Cap. 5 - <i>A questão do lazer</i> .....	68
<i>O novo espaço-tempo: o lazer</i> .....	68
<i>A mercantilização do lazer</i> .....	70
Cap. 6 - <i>O trabalho acabou</i> .....	75
<i>O mercado de trabalho como padrão dominante de alocação da força de trabalho</i> .....	76
<i>A crise do sentido</i> .....	79
Cap. 7 - <i>Tendências: a substituição da utopia?</i> .....	82
<i>Afinal, vivemos outro "princípio de desempenho"?</i> .....	84
Conclusão .....	88

## ***Agradecimentos***

Agradeço ao meu orientador, Prof. Sigmar Malvezzi, pelo estímulo, pelas conversas, pelo conhecimento e, especialmente, pelo interesse pelo assunto, o que me fez, durante todo o difícil processo que é elaborar uma dissertação, achar que estava fazendo algo que valesse à pena.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Dalva, por ter me propiciado chegar até aqui e por ter me apoiado em todas as ações.

Agradeço ao Prof. Ramon Moreira Garcia (*in memoriam*) por ter me apresentado à *Ciência das Organizações* através de tão ricas leituras e discussões e ao Prof. Marilson Gonçalves, pelo constante estímulo e apoio durante minha vida acadêmica na FGV.

Agradeço aos amigos que conheci na GV, Mario, Renato, Maria Augusta, Doris, Mônica, Marison, Miguel e tantos outros que, embora não citados aqui, são muito queridos. Em especial, agradeço à Maria Augusta, pela paciência, pelos bons conselhos e constante estímulo, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Henri, que me estimulou a fazer o mestrado e que sempre me apoiou durante todo este tempo, o meu carinho e agradecimento sincero.

Agradeço também aos meus novos amigos da Credicard, por estarem sempre prontos a me ouvir e por serem solidários aos meus momentos de angústia e, em especial, ao João, que soube entender o quanto este trabalho é importante para mim e que me proporcionou flexibilidade de horário e tranquilidade emocional necessários à sua conclusão.

A todos os meus amigos de Juiz de Fora, Campinas e da IBM, por terem compartilhado comigo o meu tempo de mestrado, o meu muito obrigada!

## Introdução

O tema o *sentido do trabalho* vem sendo amplamente estudado e discutido no meio acadêmico - e fora dele - especialmente após a década de 80. (MOW, 1987; Fox, 1980; Lévy-Leboyer, 1994; Sievers, 1990; Bridges, 1995; Aznar, 1992; Gorz, 1989; Bernardes, 1994, dentre outros). Como será apresentado na parte II deste trabalho, a relevância que o tema vem assumindo para a comunidade científica e para a sociedade deve-se, em grande parte, à atual crise do modelo econômico e político que vivenciamos e o conseqüente questionamento de seus pressupostos, sendo que o trabalho, enquanto dimensão central da vida humana, é um deles. (Malvezzi, 1988; Bidet & Texier, 1994).

O propósito deste estudo é contribuir com esse debate sobre *sentido do trabalho* através de um ponto de vista peculiar: o conceito de *alienação* proposto por Herbert Marcuse e suas implicações para o sentido do trabalho.

Marcuse, especialmente nos anos 60, dedicou-se ao estudo do caráter repressivo das sociedades industriais e da alienação do trabalho. Por isso, influenciou significativamente os movimentos estudantis. Ele julgava que o trabalho alienado não era uma condição intrínseca do ser humano, mas resultado de condições históricas específicas, como as de sua época.

E hoje? Poderíamos dizer que as condições históricas da década de 90 determinam um trabalho alienado? Ou melhor, poderíamos dizer que o mundo atual abre a possibilidade para um *trabalho com sentido*?

O objetivo específico desse estudo é rever a abordagem de Marcuse nas condições da década de 90 indagando se, em face destas mudanças, podemos dizer que vivemos um princípio de desempenho diferente do vivenciado nos anos 60 (isto será discutido adiante) e, em caso positivo, se este novo princípio permite e propicia um trabalho não alienante. Noutras palavras, poderíamos dizer que esta dissertação se propõe a uma atualização histórica da teoria marcusiana referente ao sentido do trabalho.

A seguir, serão apresentados alguns pontos desenvolvidos por Marcuse e que são

necessários para o entendimento do propósito e do plano deste trabalho.

### ***A visão de Herbert Marcuse sobre o trabalho***

Marcuse (1975) parte do conceito de homem da teoria freudiana. Freud considera que o indivíduo é regido por duas dimensões, caracterizadas por diferentes processos e princípios mentais: o princípio de prazer e o princípio de realidade.

Sob o princípio do prazer, a libido busca a gratificação ilimitada, evitando qualquer evento que possa dar origem a sensações de desprazer. Ocorre que o indivíduo percebe que prazer e gratificação irrestritos às suas necessidades não são possíveis. É neste momento que surge a outra dimensão, o princípio da realidade. O indivíduo aprende a adiar o prazer momentâneo, em troca de um prazer garantido no futuro. Nessa concepção, o princípio da realidade não nega o princípio do prazer, apenas o modifica e se impõe como mecanismo regulador, adaptando a busca do prazer às condições impostas pelo mundo exterior.<sup>1</sup> O princípio da realidade é uma energia pulsional mais especialmente a serviço do ego, através do qual o ser humano aprende a examinar o mundo ao seu redor, mediado pela atuação do superego, que propicia o discernimento entre o certo e o errado, o útil e o prejudicial.

Uma vez que a sociedade participa da formação do superego, propiciando ao indivíduo essa noção de certo e errado, ela torna-se uma mediadora. A realização dos desejos torna-se, então, consequência de uma eterna mediação da sociedade. “Tanto os seus desejos como a sua alteração da realidade deixam de pertencer, daí em diante, ao próprio sujeito; passaram a ser *organizados* pela sociedade. E essa *organização* reprime e transubstancia as suas necessidades institivas originais. Se a ausência de repressão é o arquétipo de liberdade, então a civilização é a luta contra essa liberdade.” (Marcuse, 1975)

Freud analisa o desenvolvimento do aparelho mental repressivo em dois planos inter-relacionados: ontogenético, que investiga a evolução do indivíduo reprimido desde a infância

---

<sup>1</sup> Todas as idéias freudianas discutidas aqui são baseadas em Laplanche e Pontalis (1992) e em Marcuse (1975).

até sua existência social consciente e o plano filogenético, que busca analisar a evolução da civilização repressiva.

No plano ontogenético, dois instintos básicos caracterizam o processo vital: o instinto de vida, representado por Eros, e o instinto de morte, representado por Tanatos.<sup>2</sup> O instinto de morte não representa a destrutividade pelo seu fim em si, mas sim, pelo alívio da tensão. Buscar a morte é fugir de forma inconsciente à dor e às carências vitais, é lutar contra o sofrimento e a repressão. (Marcuse, 1975).

Já no plano filogenético, Freud busca as raízes da repressão “nos depósitos do primitivo desenvolvimento humano, presentes em nossa herança arcaica”.<sup>3</sup> Ele reconstrói a pré-história da humanidade, desde a horda primordial até a civilização. O que é importante reter aqui da “especulação antropológica de Freud”<sup>4</sup> é que ele considerou em sua teoria - ou ao menos, em parte dela - fatores “sub-individuais” ou pré-individuais”, eliminando a possibilidade de existência de um indivíduo autônomo. (Marcuse, 1975).

Dentro do contexto desses planos insere-se a questão levantada por Marcuse que é relevante para este trabalho. Marcuse argumenta que Freud, ao estabelecer o princípio da realidade, não introduz aí variáveis históricas, diferentemente do que fez em outras partes de sua obra. Por esse motivo, sua concepção de plano filogenético é problemática.

Para Marcuse, o princípio da realidade ampara o indivíduo no mundo externo, que é um mundo histórico, uma organização histórico-social específica da realidade. Seria, portanto, um princípio de realidade diferente para cada um destes momentos históricos, porque cada um deles impõe ao indivíduo condições externas diferentes, com as quais o princípio do prazer tem que se confrontar. À este princípio de realidade “variável”, Marcuse denomina *princípio do desempenho*, que nada mais é do que a forma histórica predominante do princípio da realidade num determinado momento. Extrapola, ainda, a partir da teoria freudiana de repressão, outro termo, a *mais-repressão*, que são as restrições requeridas pela

<sup>2</sup> Segundo Laplanche e Pontalis, Freud nunca chegou a escrever sobre Tanatos, embora utilizasse o termo com frequência em conversas.

<sup>3</sup> Freud, citado por MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1975, p. 69.

<sup>4</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização...*

dominação social então vigente e não, necessariamente, restrições requeridas à perpetuação da raça humana.

Dessa forma, embora Marcuse, assim como Freud, considere a repressão um elemento importante e necessário à condição humana (fruto, por exemplo, da coação instintiva imposta pela escassez de recursos) sem a qual o convívio humano não seria viável, o mesmo não acontece com a mais-repressão. Esta impõe limites que extrapolam aqueles necessários à condição humana. São limites que atendem a um conjunto específico de regras, valores ou pessoas e não são necessariamente vinculados à existência humana.

Marcuse ressalta que sua crítica não deturpa a verdade da generalização de Freud, uma vez que “uma organização repressiva dos instintos é subjacente a todas as formas históricas do princípio da realidade na civilização”<sup>5</sup>. A generalização também é correta, dado que a organização repressiva dos instintos representa um conflito entre o princípio do prazer e o princípio da realidade e dado que a civilização, em todos os seus momentos, sempre foi uma dominação organizada.

O que Marcuse não aceita em Freud é que esse conflito seja, em si, irreconciliável. Se ele foi irreconciliável até aquele momento, isto se deveu, na opinião de Marcuse, a condições históricas específicas, ou seja, ao princípio do desempenho. O que ele deseja comprovar é que, sob um outro princípio de desempenho é possível a existência do homem livre e do trabalho não alienado.

Dessa forma, Marcuse sinaliza a possibilidade da existência de um Eros livre, mesmo através da mediação de fatores sociais, e busca em Freud a aceitação desta imagem.

Neste estágio da nossa interpretação, em vez de tentarmos reconciliar os dois aspectos contraditórios da sexualidade, sugerimos que eles refletem a íntima tensão irreconciliada na teoria de Freud: contra a sua noção do inevitável conflito *biológico* entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, entre sexualidade e civilização, milita a idéia do poder unificador de Eros, acorrentado e corroído numa civilização doente. Essa idéia implicaria que o Eros livre não impede duradouras relações sociais, sob um princípio que é a negação do princípio do prazer. O próprio Freud aceita a imagem de uma civilização que consista em pares de indivíduos *libidinalmente satisfeitos um com o outro e ligados a todos os demais pelo trabalho e interesse comuns*. Mas acrescenta que um tal e tão *desejável* estado não existe e jamais existiu, que a cultura *impõe um pesado ônus de libido privada de finalidade, e pesadas restrições à vida sexual* são

<sup>5</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização...*, p.76.

*inevitáveis*.<sup>6</sup>

Na civilização repressora, o trabalho é condição da maioria da população. Para Marcuse, os homens, enquanto trabalham (nas sociedades industriais), não satisfazem suas próprias necessidades, mas trabalham em alienação, uma vez que são desprovidos dos meios e do sentido do trabalho. O indivíduo trabalha para uma engrenagem que ele não controla, que funciona independentemente de sua vontade e à qual se submete para viver. Os homens não vivem sua vida, apenas desempenham funções pré-estabelecidas, situação esta agravada pela divisão do trabalho.

O trabalho, que ocupa a maior parte do tempo na vida das pessoas, tem sido penoso porque tem sido alienado, porque não gratifica, porque nega o princípio do prazer ao distanciar e colocar obstáculos à realização do prazer e ao não considerar os meios que dão prazer ao indivíduo. E mesmo quando o indivíduo se sente realizado, ainda assim é alienado, mas num estágio de alienação superior, uma vez que ele não tem consciência desta alienação. Ele incorpora de tal modo as limitações impostas pela realidade social, que as toma como suas. (Marcuse, 1973). Desta forma, a utilização social da energia instintiva no trabalho, sustenta e enriquece a vida do indivíduo. “O indivíduo vive sua repressão livremente como sua própria vida: deseja o que se supõe que ele deve desejar; suas gratificações são lucrativas para ele e para os outros; é razoavelmente e, muitas vezes, exuberantemente feliz. (...) A repressão desaparece na esplêndida ordem objetiva das coisas (...)”.<sup>7</sup>

Se esse processo se desenvolve durante as *horas de trabalho*, Marcuse reforça que mesmo as *horas de lazer* são controladas pela organização do trabalho (princípio do desempenho), através do controle do ócio, quantitativa e qualitativamente falando. O quadro descrito por Marcuse faz lembrar o *Admirável Mundo Novo*, de Huxley, onde o trabalho e lazer eram rigidamente planejados e onde o indivíduo nunca poderia estar entregue a si mesmo.

Dessa forma, Marcuse defende sua hipótese - de que é possível um trabalho que proporcione prazer ao indivíduo - partindo dos termos criados por Freud de *princípio do prazer*,

<sup>6</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização...*, p. 57.

<sup>7</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização...*, p.59.

*princípio da realidade e repressão* e incorporando outros dois o *princípio do desempenho* e a *mais-repressão*.

Essas idéias de Marcuse tiveram uma repercussão significativa, especialmente na década de 70. Marcuse chegou mesmo a ter grande notoriedade nos círculos acadêmicos e na mídia mundial.<sup>8</sup> Foi também bastante criticado, especialmente em relação à sua construção teórica da possibilidade de uma sociedade não repressora. Dentre seus críticos, cabe citar o próprio Rouanet, que acusa Marcuse de ter abandonado sua severidade de filósofo, embarcando num projeto utópico - embora "perdoe" Marcuse, alegando que talvez o fracasso deste em tentar estabelecer um caminho para a civilização moderna apenas reflita a imaturidade objetiva das estruturas, ou seja, as condições objetivas e materiais necessárias para o estabelecimento deste caminho ainda não estavam formadas. Enriquèz (1974) diz que o erro de Marcuse foi ter confundido repressão com recalçamento, achando assim que, eliminando a repressão seria possível haver sociedades não alienadas.<sup>9</sup>

Não se deseja aqui, contudo, aprofundar a análise da "solução" encontrada por Marcuse, mas sim, retomar sua **questão básica**: **"O conflito irreconciliável não é entre o trabalho (princípio de realidade) e Eros (princípio do prazer), mas entre o trabalho alienado (princípio do desempenho) e Eros."**<sup>10</sup> Esta é a questão central do presente trabalho, que pode ser analisada em duas partes principais.

A primeira, **como pode ser definido o papel do trabalho na vida do indivíduo? Como se dá a construção do sentido do trabalho? Marcuse está certo ao afirmar que não existe conflito irreconciliável entre o trabalho e o princípio**

<sup>8</sup> A este respeito, é muito interessante a leitura do ensaio de ROUANET, Sérgio Paulo. "De Eros a Sísifo" in: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Nº 17/18. s/d.

<sup>9</sup> A este respeito, esclarece Martins (1995): "O recalçamento atua na ordem da linguagem e da proibição, já a repressão é da ordem da censura. O recalçamento, através de um sistema de proibições, é criador da ordem e da lei, atuando do lado da vida e possibilitando a constituição do social ao estabelecer interdições, pois um mundo onde tudo é possível seria um mundo de canibalismo e de destruição. A repressão, por sua vez, não visa conter as pulsões, e sim, negá-las e eliminá-las, criando, conseqüentemente o vazio, que é a expressão da carência absoluta.", p.52.

<sup>10</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização* ... p. 60.

**do prazer?**

Estas questões serão discutidas na **Parte I**, onde o sentido do trabalho será explorado sob a ótica da psicossociologia, no sentido da palavra empregado por Henriquês: “busca a elucidação das condutas sociais, a qual não pode ser fato nem da psicanálise nem da sociologia”.<sup>11</sup>

A segunda parte elabora uma **análise do princípio de desempenho que atualmente rege nossa civilização**. Podemos dizer que vivemos a partir dos anos 90 uma mudança da estrutura social e, por conseguinte, da estrutura do trabalho, significativamente relevante em relação à época em que Marcuse postulou suas idéias? Podemos dizer, ao menos, que vivemos um período de transição, mas que, ao contrário de Marcuse, temos melhores condições de analisar objetivamente as estruturas, pelo mero delineamento de novos fatores? Em caso afirmativo, esta mudança ou transição altera a condição de trabalho alienante e alienado? Em poucas palavras, a pergunta é: **vivemos outro princípio de desempenho?**

Existe uma relação causal entre essas duas dimensões estudadas: o mundo do trabalho (aqui entendido como a estrutura econômico-social do trabalho) e o sentido do trabalho? Se existe, em que termos se dá esta relação de causalidade? Uma pista para a elucidação destas questões pode ser uma das conclusões da pesquisa de MOW (1987): “o sentido do trabalho não é oriundo apenas de influências passadas, como também é um fator de influência do futuro. E aqui reside um dos motivos que justificam o estudo do assunto: o sentido do trabalho é uma influência causal potencial na forma e direção de mudanças em instituições sociais e econômicas do presente e futuro.”<sup>12</sup> É o sentido do trabalho influenciando o mundo do trabalho.

<sup>11</sup> HENRIQUÊZ, Eugene. “Imaginário, Recalcamento e Repressão nas Organizações” in: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. No 36/37. 1974.

<sup>12</sup> MOW, International Research Team. *The meaning of Working*. Londres: Academic Press. 1987.

Da mesma forma, se considerarmos que o sentido também é socialmente construído, o contrário também ocorre, ou seja, o sentido é alterado através de mudanças no mundo do trabalho. Existe, então, relação dialética entre as dimensões?

Essas questões serão discutidas na **Conclusão**.

## Parte I - O sentido do trabalho

Esta primeira parte do estudo tem como objetivo analisar o sentido do trabalho para o indivíduo e, a partir do desenvolvimento deste conteúdo, buscar subsídios que indiquem a possibilidade de um trabalho prazeroso.

É possível estudar o trabalho sobre diversas abordagens. O primeiro capítulo proporciona um painel sobre o assunto, através da análise histórica e filosófica do sentido do trabalho. Merecerá relevância a teoria de Hannah Arendt.

O segundo capítulo discute o sentido individual do trabalho e sua interligação com o sentido socialmente construído.

Entender em que condições o trabalho proporciona prazer ao ser humano e em que condições ele foi realizado em outros momentos históricos - e até mesmo analisar se proporcionar prazer é finalidade do trabalho - é fundamental para que, na parte II desta dissertação, seja possível inferir se o *princípio de desempenho* que rege nossa época, os anos 90, oferece a possibilidade de um trabalho que proporcione prazer.

### Capítulo 1 - O Sentido histórico e Filosófico

A palavra trabalho vem do latim *tripaliari*, que significa castigar com *tripalium* (três paus), um instrumento de tortura da Roma antiga.

De acordo com MOW (1987) as diferentes abordagens em relação ao conteúdo do trabalho podem ser classificadas em duas grandes linhas: as *ocidentais* (especialmente as judaico-cristãs) e as *orientais*.

De forma geral, as teorias *ocidentais* vêem o ato de trabalhar como uma punição, como um dever e/ou obrigação perante à Deus ou a humanidade ou como um processo de

como um dever e/ou obrigação perante à Deus ou a humanidade ou como um processo de dominação (no sentido de oposição) de homens e mulheres contra a natureza. (MOW, 1987)

O trabalho como *punição* pode ser observado na mitologia grega através da análise de dois mitos: o de Prometeu e o de Sísifo. No primeiro caso, quando Prometeu rouba o fogo dos deuses (símbolo do espírito) para oferecê-lo à humanidade, sua punição consiste em ser acorrentado a um rochedo e em ter seu fígado devorado por uma águia durante o dia e reconstituído durante a noite. Além desta punição contínua imposta a Prometeu, Zeus pune a humanidade através de Pandora e da caixa por ela aberta. Esta caixa continha os males da humanidade, sendo que o trabalho estava ali incluído. (Chevalier & Gheerbrant, 1992).

No mito de Prometeu e Pandora, a punição do trabalho é apresentada sob a ótica de uma punição reformativa, cujo propósito era restaurar a dignidade do indivíduo através de seus esforços. Para Voutyras (1980), a interpretação deste mito implica num profundo respeito pelo trabalho, apesar de sua condição de dor e sofrimento.

Sísifo era o sábio rei que encontrava solução para todos os problemas e cujo crime foi ter delatado Zeus a Asopo como raptor de sua filha Egina. Foi condenado a carregar para sempre uma enorme rocha, tendo que empurrá-la até o alto de uma colina, de onde ela inevitavelmente rolaria em um processo contínuo. O aspecto de perpetuidade deste esforço inútil representa a expiação do *pecado* através da pena de trabalho desprovido de sentido próprio. (Martins, 1994; Brandão, 1992).

Os romanos, menos preocupados com os aspectos filosóficos que os gregos, resumiam o problema do trabalho de forma extremamente simplificada: o trabalho físico era inferior ao intelectual e o trabalho contratado (e portanto, pago) era desprezível. A preocupação dos romanos, não era em explicar ou em entender o trabalho, mas em *resolvê-lo*. (Voutyras, 1980).

Na religião cristã, podem ser identificados três aspectos em relação ao trabalho. O primeiro deles é a apresentação do trabalho como uma forma de *punição* do homem devido ao pecado original. "Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses: maldita é a terra por tua causa: em fadigas obterás dela o sustento

durante os dias de tua vida.(...) No suor do rosto comerás o teu pão (...)"<sup>14</sup>

O segundo aspecto observado na religião cristã é a visão do trabalho como *processo de dominação do homem sobre a natureza*. Na Igreja Católica, tal fato pode ser analisado através das palavras do Papa João Paulo II: "elas [as palavras de Deus] pantenteiam a mesma essência mais profunda do trabalho. O homem é imagem de Deus, além do mais, pelo mandato recebido do seu criador de submeter, de dominar a terra."<sup>15</sup>

Outro aspecto do trabalho encontrado no cristianismo é seu caráter de *redenção*. O homem é fadado a trabalhar para viver, mas é através deste mesmo trabalho que ele se redime.

A característica de *dever ou obrigação perante à Deus e à humanidade* da visão ocidental de trabalho é fortemente representada na religião Protestante (embora seja encontrada em toda a visão ocidental; exemplo são as palavras do Papa acima). A Reforma protestante, embora mantenha a característica punitiva do trabalho, desenvolve e enaltece o trabalho como obrigação ou dever, cujo grande valor deve-se à sua contribuição à criação de Deus. É sobre os valores desta ética protestante que irá repousar o capitalismo, conforme a teoria weberiana. (MOW, 1987; Weber, 1967, Motta, 1986 e 1991).

A abordagem *oriental* em relação ao trabalho possui valores completamente diversos dos da visão ocidental. A ênfase é colocada sobre o ato de trabalhar e não na relação de dominação da natureza ou de cumprimento de uma obrigação social. Segundo MOW (1987), a tradição islâmica, por exemplo, apresenta o trabalho como uma atividade humana importante para tornar o homem querido e aceito por Deus. Já no pensamento budista, o Nirvana é alcançado através da libertação das pessoas de suas paixões que limitam e impedem seu atingimento. O caminho para o Nirvana consiste exatamente na execução das atividades mais simples e banais e que estejam em harmonia com a natureza.

Dessa forma, observa-se que o sentido do trabalho varia em função de diferentes

<sup>14</sup> Gênesis 3(17,19). Velho Testamento.

<sup>15</sup> João Paulo II. *Carta Encíclica Laborem Exercens*.1981.

momentos históricos e de diferentes culturas, o que significa que o trabalho enquanto fonte de prazer apresenta contingências distintas. Pode-se que concluir, então, que diferentes *princípios de desempenho*, que são representações de condições histórico-sociais específicas, fornecem diferentes sentidos do trabalho.

### ***Labor, Trabalho e Ação***

Hannah Arendt é uma representante da linha cristã-ocidental do trabalho. Sua contribuição é particularmente relevante para as idéias aqui desenvolvidas, de tal forma que sua obra será apresentada a seguir e seus conceitos utilizados na segunda parte deste estudo.

Arendt (1991) elaborou sobre a diferença conceitual existente entre *labor*, *trabalho* e *ação*. A distinção que faz do *labor* e do *trabalho* é considerada, por ela mesma, inusitada, embora seja significativo que todas as línguas européias antigas e modernas possuam duas palavras de etimologia diferente para designar o que, no período moderno, corresponde à mesma atividade: trabalhar.<sup>16</sup> A explicação para a pouca atenção dada a esta distinção seria o desprezo pelo labor nas sociedades pré-modernas.

O labor é a atividade na qual o corpo se desgasta com a finalidade de atender às necessidades da vida. Não é exercida por deliberação pessoal. O labor foi, desde as civilizações antigas, uma atividade desprezada e relegada aos servos e escravos<sup>17</sup> por representar a então menos nobre atividade humana: a da própria sobrevivência. Eram consideradas ocupações mesquinhas, que nada construíam ou deixavam para a posteridade, pois o labor não deixa nada atrás de si. O resultado de seu esforço, embora vital, é

<sup>16</sup> Conforme Arendt (1991:90), "Assim, a língua grega diferencia entre *ponein* e *ergazesthai*, o latim entre *laborare* e *facere* ou *fabricari*, que têm a mesma raiz etimológica; o francês, entre *travailler* e *ouurer*, o alemão entre *arbeiten* e *werken*. Em todos os casos, só os equivalentes de *labor* têm conotação de dor e atribulação".

<sup>17</sup> Arendt (1991) esclarece que existe preconceito por parte de alguns historiadores modernos em relação à escravidão das sociedades antigas. O labor não era considerado atividade inferior por ser desempenhado por escravos; ao contrário, a existência da escravidão é que era explicada pela existência de labor. Se laborar significava ser escravizado pela necessidade, a escravidão era, então, uma condição inerente à própria vida humana. "Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana" (Arendt, 1991:95)

consumido na mesma velocidade com que o esforço é dispendido. O *homo laborans* também produz coisas, porém seu consumo é imediato à produção, como é o caso do alimento em nossa mesa. A produção e o consumo acompanham o movimento cíclico da vida do homem e da natureza.

É interessante analisar que, para os gregos, uma vez que a principal característica do labor é ter como finalidade o atendimento das necessidades da vida, mesmo as ocupações que não consistiam em labor, mas que também eram exercidas com a finalidade de atender as necessidades de sobrevivência, eram consideradas labor. Assim, Arendt conclui que todas as atividades desempenhadas com o objetivo de dar o sustento para o indivíduo, não importando a qualidade desta atividade, é considerada labor.

O conceito de *trabalho*<sup>18</sup>, na definição de Arendt, é representado pelo *homo faber* que *fabrica*, que *trabalha* com as mãos sobre os materiais. Trabalhar significa produzir, geralmente, objetos destinados ao uso, com caráter de durabilidade, estabilidade e solidez. E, embora a durabilidade não seja eterna, o uso não o consome, apenas o desgasta. O produto do *trabalho* é algo excedente que continua disponível quando o processo de *trabalho* termina.

Através do *trabalho*, o homem se posiciona como o senhor da terra, aquele que destrói a natureza criada por Deus e constrói um mundo humano. O *homo laborans*, embora senhor de outras criaturas vivas, continua servo da natureza e da terra.

No *labor*, o processo é repetido compulsivamente, a fim de reproduzir a força de trabalho para posterior sustento do corpo. No *trabalho*, os fins e os meios determinam o processo: o que importa é o produto.

No período moderno houve uma inversão desses valores: o *labor*, então considerado a pior das atividades e restrito à esfera privada da vida humana, assume a denominação de trabalho, é experimentado na esfera pública e passa a ser glorificado como fonte de todos os valores.

---

<sup>18</sup> A partir deste momento, quando a palavra trabalho estiver sendo utilizada no sentido definido por Arendt, sua grafia será em itálico, *trabalho*, a fim de que possa ser feita a diferenciação com outras utilizações da palavra. Como veremos a seguir, no período moderno, a palavra trabalho vem sendo utilizada com o sentido de labor.

Isso só foi possível porque o labor, independente de suas condições históricas, possui uma *produtividade própria*, ou seja, independente da forma de organização do trabalho (labor) ou do produto gerado, a força humana despendida, consegue ser mensurada e gerar um excedente do que seria necessário para sua *reprodução*. Marx, descobriu e expressou esta situação de existência de um *excedente da força de trabalho humana*<sup>19</sup>. Desta forma, o conceito de trabalho abstrato, base de toda a teoria marxista é, de fato, calcado no conceito de labor.

Ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais um processo vital, mas nunca produz outra coisa senão vida.<sup>20</sup>

Por esse motivo, o esforço do labor só pode ser atenuado através dos avanços obtidos pelo *trabalho*, representados pelas ferramentas e instrumentos. É o homo faber que vem em auxílio do homo laborans.

Existe, para Arendt, um outro caminho para se entender a transformação do *trabalho* em labor no período moderno. Quando se divide um processo de produção em várias atividades, nenhuma delas tem uma finalidade em si mesma. Seu objetivo torna-se o mesmo do labor *indivíduo*, ou seja, a reprodução dos seus meios de subsistência. Como consequência, “a revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados.”<sup>21</sup>

A *ação*, juntamente com o discurso, representa para Hannah Arendt, o duplo aspecto de igualdade e diferença, ou seja, os homens precisam ser iguais para se compreenderem e precisam ser diferentes para que se justifique a necessidade de existência do discurso e da ação. A *ação* e o *discurso* representam as manifestações dos seres humanos enquanto homens. Para a autora, os homens podem viver sem trabalhar (laborar) e sem produzir algo útil (*trabalhar*), mas se renunciarem à atividade da ação e do discurso, deixarão de ter vida

<sup>19</sup> No original, Marx utiliza o termo *Arbeitskraft*, onde *arbeit* significa ‘*labor*’.

<sup>20</sup> ARENDT(1991). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991. p.99.

<sup>21</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição...*, p. 137.

humana.

Não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o *trabalho*. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença de outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa.<sup>22</sup>

A ação é a atividade política por excelência, onde os homens mostram quem são e correm o risco da revelação perante outros homens.

Bikhu Parekh, citado por Celso Lafer (1991), conclui a respeito das três atividades humanas: “no labor, o homem revela suas necessidades corporais; no *trabalho*, a sua capacidade e criatividade artesanal; na ação, a ele mesmo. A ação é a fonte do significado da vida humana. É a capacidade de começar algo novo que permite ao indivíduo revelar a sua identidade.”<sup>23</sup>

A ação e o *discurso* não são *trabalho* para Arendt, embora possam se transubstanciar em *trabalho* no momento de sua materialização. É o que ocorre, por exemplo, com os pensadores, intelectuais e artistas que concretizam algo intangível em obras criadas. O produto da ação e do discurso pode, contudo, nunca ser tangibilizado. A realidade desta atividade humana irá depender da presença de pessoas que possam ver e ouvir e, desta forma, atestar sua existência. “Em si, [a ação, o discurso e o pensamento] não *produzem* coisa alguma: são tão fúteis quanto à própria vida. Para que se tornem coisas mundanas, isto é, feitos, fatos, eventos e organizações de pensamentos ou idéias, devem primeiros ser vistos, ouvidos e lembrados, e em seguida, transformados, *coisificados* (...)”<sup>24</sup>

É interessante resgatar, contudo, que a visão de Arendt é uma *abordagem ocidental do trabalho*, ou seja, sua teoria, embora brilhante e extremamente relevante para o pensamento moderno, carrega em si um conteúdo valorativo do trabalho (labor) como punição. Este mesmo labor é, na concepção zen-budista (oriental), o caminho para o Nirvana.

Enquanto refletia sobre as diferenças entre trabalho cíclico e trabalho que deixa um impacto duradouro, subitamente me lembrei de todas aquelas histórias zen sobre um discípulo que pede instrução espiritual a seu mestre. O mestre sempre o

<sup>22</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição ...*, p. 190.

<sup>23</sup> LAFER, Celso. “Posfácio” in: ARENDT, H. *A Condição...*, p. 345.

<sup>24</sup> ARENDT, H. *A Condição...*, p. 106.

Através da análise da obra de Arendt, observamos que o trabalho que proporciona ao homem a oportunidade de *criar* está vinculado ao que Arendt denomina de *trabalho* e não ao labor. Contraditoriamente e pelas razões já apresentadas, é o labor ( e a laborização do *trabalho*) a categoria que vem sendo valorizada no período moderno, a ponto de Marx tê-la utilizada como base de toda a análise do capitalismo.

No momento em que é sinalizada a possibilidade da humanidade se livrar do fardo do labor ou, ao menos, diminuí-lo substancialmente, e em que se torna possível elaborar sobre o delineamento de um outro princípio de desempenho<sup>25</sup>, sobre qual categoria a atividade humana do trabalho será calcada? As pistas oferecidas por Arendt é que a ação seja esta base. Contudo, é preciso considerar que sua análise é fruto de uma visão ocidental da questão e que assim como a ação representou um papel significativo para a civilização grega, também o labor o foi para as civilizações orientais.

### ***Análise histórica***<sup>26</sup>

O trabalho nas sociedades modernas é uma atividade institucionalizada. Este seu aspecto de existência concreta pode ser analisado pelo fato de alguns países possuírem *museus do trabalho*, ou seja representações coletivas da importância do trabalho como fator básico da posição do homem na sociedade. Contudo, nem sempre o trabalho constituiu-se nesta esfera decisiva. (Guerreiro Ramos, 1949).

Nas sociedades primitivas ou pré-letradas, o processo de individuação do trabalho se apresenta em estado inicial e latente. Sua característica é ser difuso e coextensivo à totalidade da vida social, não havendo, inclusive uma palavra específica para designá-lo. (Guerreiro Ramos, 1949). Essas sociedades primitivas caracterizam-se pela economia de

---

<sup>25</sup> Estas questões serão analisadas na parte II.

<sup>26</sup> De fato, a análise histórica apresentada aqui reflete a história das sociedades ocidentais.

apresenta em estado inicial e latente. Sua característica é ser difuso e coextensivo à totalidade da vida social, não havendo, inclusive uma palavra específica para designá-lo. (Guerreiro Ramos, 1949). Essas sociedades primitivas caracterizam-se pela economia de subsistência, onde a posição biológica do indivíduo lhe determina a posição e função na sociedade e onde não existe ambição ou luta por status, uma vez que tais sociedades são imóveis.

Além disso, a troca não é feita visando o lucro, mas o atendimento de necessidades. Tal fato se reflete no estilo de trabalho: não existe distinção entre tempo de trabalho e tempo de ócio. O trabalho é prazer, criação e jogo. Por conseguinte, não é preciso incentivo ou pressão externa para que a pessoa trabalhe. Também não existe mercado de trabalho, porque nestas sociedades, trabalho não se aluga nem se vende. A mentalidade primitiva não é compatível com a racionalidade. Ao contrário, o valor maior é a tradição e estabilidade. (Guerreiro Ramos, 1949; Poster, Randolph & Wortman, 1975).

Conforme Curle (1949), citado por Guerreiro Ramos (1949), a inércia emocional, desconfiança e apreensão que impedem a racionalização do trabalho nas sociedades primitivas têm uma razão mais profunda:

Talvez seja errado dizer que os primitivos não desejem mudar. É mais correto dizer que eles não concebem a mudança. Isto porque seu próprio modo de vida é um emaranhado de observâncias rituais que dá às várias atividades não apenas sanções sobrenaturais que se reforçam mutuamente, mas também que relaciona os indivíduos com o cosmos e nestes lhes dá um lugar. Alterar um processo de caça é quase alterar a posição do sol com a lua.<sup>28</sup>

As civilizações antigas marcam o surgimento do desprezo em relação ao trabalho, especialmente o muscular, conforme foi visto através da elaboração de Arendt. A maldição do trabalho tem suas raízes, segundo Veblen, no fato de que a vida ociosa é um privilégio e, portanto, um símbolo, das classes sociais superiores. Com o advento da barbárie, o instinto predatório gerou uma distribuição diferenciada de tarefas entre os indivíduos. À classe ociosa compete o cumprimento de tarefas honorárias, como a guerra e o sacerdócio. Quem trabalha não tem tempo para treinar-se no ofício das armas. (Guerreiro Ramos, 1949; Poster,

<sup>28</sup> CURLE, Adam. "Incentives do Work" in: *Human Relations Journal*, 2(1). 1949, citado por Guerreiro Ramos. *Um Introdução ao Histórico...*, 1949, p 26.

Randolph & Wortman, 1975). É desta fase que se origina a concepção de trabalho consolidada por Platão: o trabalho degrada quem o pratica. “(...) os que trabalham formam um classe à parte; mas não é à ela que cabe a direção da sociedade; para mandar não se pode ter as mãos manchadas por certos officios (...)”<sup>29</sup>

É nesse contexto que a escravidão é justificada pelo pensamento grego: como uma decorrência da hierarquia dos valores. O labor, então a mais desprezível das atividades, é desempenhada por escravos, máquinas-vivas destinadas a obedecer, (Arendt, 1991; Guerreiro Ramos, 1949).

Já na Idade Média, a noção de trabalho muda radicalmente, adquirindo um valor ascético: o trabalho prepara a alma para a vida contemplativa e ocupa o corpo, livrando-o das tentações inferiores. (Guerreiro Ramos, 1949; Poster, Randolph & Wortman, 1975). Este valor interior do trabalho, convive, contraditoriamente, com os preconceitos gregos difundidos e ainda dominantes. Segundo Guerreiro Ramos (1949), esta época representou o conflito entre a *consciência* e a *existência*. É também nesta fase, que o trabalho no campo deixa de ser um trabalho livre.

Outra característica do trabalho na Idade Média é que ele não era instrumento de ascensão social, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade era um desígnio da vontade divina. Além disto, o desenvolvimento técnico não fazia sentido durante este período da civilização, porque, assim como a ordem social, também a ordem natural não deveria ser perturbada. Noutras palavras, o trabalho não era objeto de aperfeiçoamento técnico. “Um novo progresso técnico que permitisse ao homem produzir melhor um produto ou o mesmo produto em menos tempo era considerado impróprio e sua introdução tomada como sinal de deslealdade ao grupo”.<sup>30</sup>

O Renascimento representou a primeira ponte entre a Idade Média e o período moderno. Foi o primeiro impulso de substituição da *Tradição* pela *Razão*, introduzindo o cálculo e a utilidade racional. “O saber técnico só se constitui quando o homem se liberta do

---

<sup>29</sup> TORRES, Flausino. *Civilizações Primitivas*. Lisboa: Cosmos, 1943, p. 149, citado por Guerreiro Ramos, *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho*. Tese apresentada ao concurso para Técnico de Administração do quadro permanente do Depto Administrativo do Setor Público. 1949

<sup>30</sup> Guerreiro Ramos. *Uma Introdução ao...* p. 40.

medo sagrado de intervir no mundo natural.”<sup>31</sup> É o primeiro movimento de *mercadorização* da força de trabalho.

Essa passagem para o período moderno ( da história ocidental) que começou no século XVII e que foi consolidado, em termos administrativos, pela teoria de Taylor, não foi abrupta, mas um lento processo. Inicialmente, o homem se emancipa da *ordenação natural do mundo*, através do progresso do mundo das ciências, em especial, a física. O homem passa de uma situação de *sujeição* frente à natureza para uma relação de *dominação*.

Concomitantemente, o conjunto de valores que sustentam a sociedade também mudam. O Iluminismo representou um importante marco neste sentido. Neste período, valores como raciocínio crítico, empirismo, individualismo e materialismo tornaram-se dominantes, propiciando as bases para o desenvolvimento do período industrial. Francis Bacon, figura proeminente desta época exaltava o progresso técnico por *fornecer armas à vida ativa* e atacava a filosofia por *escrever no ócio coisas para serem lidas no ócio.* ( Guerreiro Ramos, 1949; Capra, 1991).

O trabalho, no período moderno, assume seu caráter de instituição social. A *organização racional do trabalho* torna-se possível, uma vez que a *tradição* e o *sagrado* não são mais valores predominantes. Através do trabalho, o homem pode agora alterar a ordem econômica e social. Malvezzi (1988) sumariza três principais diretrizes do capitalismo que foram relevantes para a articulação do processo de produção: o estabelecimento de novos valores, uma nova racionalidade e um novo padrão de colaboração no trabalho.

Os *valores* capitalistas identificados com a industrialização - sucesso, produtividade e lucro - possibilitaram o desenho das tarefas, a criação de uma estrutura e o estabelecimento de regras e condições necessárias para a institucionalização do trabalho no processo produtivo. A supremacia da máquina sobre o trabalhador e a transformação deste em um apêndice, resultado da hegemonia destes valores capitalistas então instaurados, ocasionou um empobrecimento do trabalho e a transformação do trabalhador em apenas um meio para o

---

<sup>31</sup> Idem, ibidem. p. 44.

atingimento do fim maior: o produto e, conseqüentemente, o lucro. (Malvezzi, 1988)

A *racionalidade instrumental* ou econômica torna-se dominante em todas as relações e não apenas as econômicas. O trabalho humano passa a ser avaliado não em função das necessidades humanas, mas das necessidades do capital. As pessoas devem se *comportar* de acordo com o que se espera delas, não importando se suas tarefas são sem sentido, repetitivas ou se o indivíduo não possui o menor controle sobre elas. O indivíduo se transforma num *detentor de emprego*. (Malvezzi, 1988; Guerreiro Ramos, 1991; Weber, 1967; Polanyi, 1980).

Numa sociedade mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado. Espera-se dele que acate as determinações impostas, de cima para baixo, e que definem o papel que tem que desempenhar.. (...) Conforme assinalou Robert Merton, o empregado está destinado a conformar-se a um *comportamento estereotipado*, que não se adapta às exigências dos problemas individuais.<sup>32</sup>

O padrão de colaboração que se impõe no período moderno é baseado na conformidade, na medida em que se espera que o indivíduo tenha um comportamento regular (no sentido de comportamento mediano e esperado) e em conformidade com as regras e códigos que regem o grupo e o trabalho.

Historicamente, a institucionalização do sentido do trabalho variou de forma significativa, de tal forma que o trabalho na Idade Média, Antiga ou no período moderno, por exemplo, foi uma realidade diferente, tornando-se uma maior ou menor fonte de prazer. Isto significa que o *princípio de desempenho* vigente em cada um destes momentos históricos forneceu as condições e atribuiu um sentido hegemônico ao trabalho.

---

<sup>32</sup> GUERREIRO RAMOS. *A Nova Ciência...* p. 98.

**Cap. 2 - O sentido individual versus o sentido socialmente construído**

*“Eu quero amor da flor de cactus, ela não quis  
 Eu dei-lhe a flor de minha vida, vivo agitado  
 Eu já não sei se sei de tudo ou quase tudo. Eu só sei de mim, de nós, de todo mundo  
 Eu vivo preso à sua senha, sou enganado  
 Eu solto o ar no fim do dia, perdi a vida  
 Eu já não sei se sei de nada ou quase nada. Eu só sei de mim, só sei de mim, só sei de mim  
 O patrão nosso de cada dia, dia após dia.”<sup>32</sup>*

O importante papel que o trabalho exerce na vida do indivíduo através da história da humanidade tem levado muitos pesquisadores a tentar definir como esta relevância se dá. O desejo de se libertar do “fardo” do trabalho e de seus “problemas” iminentes convive, contraditoriamente, com a convicção de que é o trabalho que cria, define e garante a existência humana. (Meaning of Working - MOW, 1987).

No momento em que a humanidade se vê muito próxima da possibilidade de sair da *instância da necessidade* para se aproximar da *instância da liberdade*<sup>33</sup>, movimento que só é possível através da libertação do fardo do labor (apontando para a formação de um novo *princípio do desempenho*, como será analisado na parte II), vêm à tona uma série de questionamentos sobre que sentido o trabalho tem para o indivíduo. Como seria uma sociedade onde as pessoas não precisassem trabalhar ou, ao menos, onde o trabalho não precisasse ser uma atividade dominante? Se fosse possível levantar o véu da necessidade que recobre a atividade de trabalhar, o que restaria?

Quando perguntadas: “*Se você tivesse dinheiro para viver tão confortavelmente como desejaria todo o resto da sua vida, você continuaria trabalhando?*”, 67% , em média, de ingleses e americanos responderam que sim.<sup>34</sup> A idéia de que um terço das pessoas trabalhe unicamente pelo salário e vantagens materiais (estimativa) é algo alarmante?

<sup>32</sup> Música de João Ricardo, gravada em 1973 por Secos e Molhados.

<sup>33</sup> Esta questão será aprofundada no capítulo 7.

<sup>34</sup> De acordo com pesquisa de Warr (1982) e Institute for Social Research (1969-77), citados por Lévy-Leboyer (1994).

Este capítulo objetiva analisar o sentido que o trabalho tem para o indivíduo. Desta forma, uma vez que este é um *sentido subjetivo e objetivo* ao mesmo tempo, ele é sempre abordado dentro de um espaço delimitado pelo individual, de um lado, e o coletivo, de outro.

Conforme Fox (1980), o problema do sentido do trabalho e como ele é experimentado é, em primeiro lugar, um problema cultural: o indivíduo aprende o que quer do trabalho. Existe uma *imposição cultural do sentido*, o que abre a possibilidade do estudo antropológico e sociológico. “Na verdade, o indivíduo aprende o que quer do trabalho e qual o sentido ele deve ter na sua vida.”<sup>35</sup>

Arendt (1991), reforça essa posição:

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. (...) O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana.<sup>36</sup>

A idéia aqui não é defender um determinismo social, onde não restasse outra alternativa ao indivíduo, que não conformar-se com seu momento histórico e, por conseguinte, o sentido de trabalho dominante. Ao contrário, como será visto a seguir, existem necessidades que podem ser apontadas como intrínsecas ao ser humano. E estas necessidades e o sentido do trabalho decorrente delas afetam inclusive o sentido social dominante.

As pessoas não apenas *desenvolvem* [grifo nosso] sentidos de trabalho como resultado de sua experiência com o trabalho e das condições deste trabalho, como também usam os sentidos do trabalho [padrões desenvolvidos individualmente ou pelo grupo] para mudar as organizações e estruturas sociais. (...) O homem é o definidor da realidade, bem como é definido por ela.<sup>37</sup>

Desta forma, é importante compreender que, se a questão é colocada em termos de sentido individual *versus* o sentido social, mesmo na primeira parte desta equação nota-se a existência de componentes sociais. Berger & Luckmann (1994) afirmam, em referência à obra

<sup>35</sup> FOX, Alan. “The Meaning of Work” in *The Politics of Work and Occupations*. The Open University Press. 1980.

<sup>36</sup> ARENDT, H. *A Condição...* p. 17.

<sup>37</sup> MOW, International Reserach Team. *The Meaning of Working*. Londres: Academic Press. 1987. pp.7-8.

de Scheler, que “o conhecimento humano é dado na sociedade como um *a priori* à experiência individual, fornecendo a esta sua ordem de significação. Esta ordem, embora relativa a uma particular situação sócio-histórica, aparece ao indivíduo como um modo natural de conceber o mundo. Scheler chamou a isto a *relativa e natural concepção do mundo*.”<sup>39</sup>

Este é um fator de importância central neste estudo. Uma vez que entende-se que o sentido do trabalho é, em parte, definido pela sociedade, volta-se à questão da alienação, conforme discutida por Marcuse, onde o trabalho é imposto e, por esse motivo, alienado, e onde o indivíduo não compartilha o sentido que lhe é oferecido ou este mesmo sentido não atende às suas necessidades. Desta forma, o fato do trabalho não proporcionar prazer seria um reflexo das condições do *princípio do desempenho* (resultado da sociedade historicamente situada).

Fox (1980) propõe que a discussão sobre o sentido do trabalho não se dê nem no plano individual nem no social, mas no ele denomina de análise do *indivíduo na sociedade*. Esta será a abordagem aqui adotada.

Como pode ser definido o significado que o trabalho tem para o indivíduo? É o trabalho um instrumento de enriquecimento pessoal ou meramente um instrumento para atingimento de objetivos econômicos?

Para Voutyras (1980), o trabalho não é apenas uma necessidade, mas uma oportunidade para que o indivíduo possa alcançar seu potencial de dignidade. Para Cassimatis (1957), citado por Voutyras, o destino do homem não é trabalhar, mas criar e o trabalho nada mais é do que um meio que possibilita esta criação.

O desejo de criar aparece também na obra de Harman & Hormann(1992) como o

---

<sup>39</sup> BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes. 1994, pp. 20-21. A *sociologia do conhecimento* está na base das idéias aqui apresentadas e, se ela não é analisada com maior detalhamento, isto se justifica pelo fato dela não ser o objeto deste estudo. Segundo Berger & Luckmann, a sociologia do conhecimento deve ocupar-se com o que os homens conhecem da realidade em sua vida cotidiana. “Em outras palavras, o *conhecimento* do senso comum, e não as *idéias*, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento” (pp. 29-30). A teorização destes autores refere-se, como eles próprios definem, à pesquisa empírica de problemas concretos e não à pesquisa filosófica dos fundamentos da disciplina empírica, como o fizeram Scheler e Mannheim. Sob o campo da sociologia do conhecimento, vale destacar para a questão do sentido do trabalho a análise dos *papéis sociais* e o processo de *legitimação*.

anseio básico dos seres humanos. Segundo os autores, “trabalhamos fundamentalmente para criar e só por decorrência é que trabalhamos para comer. (...) Um dos grandes desserviços do paradigma moderno é ter deturpado o nosso anseio criativo, convencendo-nos de que, na realidade, a nossa motivação é econômica e que trabalhamos por uma recompensa financeira”.<sup>39</sup>

Para Jaccard (1960), citado por Voutyras (1980), o trabalho preenche três necessidades básicas do ser humano: existência (função econômica), criação (função psicológica) e colaboração (função social). A idéia de que o trabalho desempenha o papel de instrumento de auto-desenvolvimento humano também é compartilhada por Fox (1980). Segundo o autor, este *deveria ser* o sentido do trabalho. E, se isto nem sempre acontece, é devido a razões externas, vinculadas às condições da sociedade - e portanto, ao *princípio do desempenho* - e não ao ser humano em si.

Para Fox (1980) o trabalho pode ter diversos sentidos: proporcionar oportunidade do indivíduo se relacionar com a sociedade, preencher a expectativa social de que as pessoas desempenhem um trabalho útil, atender as necessidades sociais de interação, habilitar o indivíduo a manter status e auto-respeito, estruturar a passagem do tempo (estalece rotina) e separar o indivíduo de problemas e emoções pessoais.

Utilizando parte da metodologia desenvolvida por MOW (1987)<sup>40</sup>, as variáveis que serão utilizadas para discussão do sentido individual dividem-se em duas categorias:

1- *tópicos centrais*, definidos com o objetivo de abordar os principais aspectos do sentido individual aqui relevantes. São eles: a centralidade do trabalho, a alienação do trabalho, o prazer e a descarga psíquica do trabalho, o sentido do trabalho e o sentido da vida e o trabalho como fonte de identidade e as conseqüências do desemprego;

2- *variáveis condicionantes*, que aparecem como *antecedentes* do sentido do trabalho para o indivíduo, na medida em que predisõem o indivíduo a um determinado sentido de acordo com suas características sociais. São elas: situação familiar, características pessoais (idade,

<sup>39</sup> HARMAN, Willis & HORMANN, Jonh. *O Trabalho Criativo*. São Paulo: Cultrix. 1992. p. 32.

<sup>40</sup> Será utilizada a classificação de MOW das duas categorias do estudo do sentido do trabalho. Contudo, a segunda categoria foi alterada de forma a introduzir outras variáveis consideradas relevantes e que foram incorporadas através da contribuição de outros autores.

sexo, educação), condições de trabalho e de emprego, condições de trabalho, estrutura de carreira e influências macro-sociais.

### ***A centralidade do trabalho***

A pesquisa conduzida por MOW (1987) é alicerçada no conceito de centralidade do trabalho, que é uma crença geral sobre o valor do trabalho na vida do indivíduo. Eles salientam que não estão se referindo à centralidade do atual emprego, mas sim, ao ato de trabalhar.

Existem dois grandes componentes teóricos sobre os quais a centralidade do trabalho é construída: *identificação com o trabalho, envolvimento e compromisso com ele e a escolha da esfera do trabalho como espaço fundamental de auto-expressão*. Estes dois componentes atuam de forma que um reforça o outro, de acordo com MOW (1987).

“A identificação com o trabalho é resultado de um processo cognitivo consistente baseado na comparação entre o trabalho como uma atividade e as percepções do indivíduo sobre si mesmo. (...) A identificação com o trabalho nasce deste processo como parte de uma auto-identificação.”<sup>41</sup> Esta identificação consiste exatamente no oposto do conceito de alienação, conforme tem sido trabalhado neste estudo. Noutras palavras, a centralidade do trabalho na vida do indivíduo será tanto maior, quanto menor for sua alienação em relação a este trabalho.

Já o *envolvimento* é uma forma de reação ao ato de trabalhar como parte da vida do indivíduo. O envolvimento será maior à medida em que a pessoa percebe a atividade do trabalho como condição inerente e necessária a sua vida. O envolvimento também pode ser avaliado através de elementos comportamentais, como o tempo gasto com o trabalho e com atividades relacionada a ele. (MOW, 1987).

O segundo componente da centralidade do trabalho, *a escolha da esfera do trabalho como espaço fundamental de auto-expressão*, baseia-se no fato de que as experiências das pessoas são

---

<sup>41</sup> MOW. *The Meaning of Working...*, p.18.

segmentadas em diferentes sub-esferas e que as pessoas diferem em suas preferências por uma particular esfera da vida. “A pessoa irá participar de esferas de vida menos preferidas, desde que exista recompensa por seu comportamento instrumental, mas ela irá perceber uma maior significância aos comportamentos que são exercidos na esfera da vida que elas mais preferem.”<sup>43</sup>

Segundo Fox (1980), as pessoas *toleram* uma situação de trabalho onde inexistam motivos intrínsecos para trabalhar, uma vez que podem alcançar esta realização em outras esferas da vida. Conforme pesquisas americanas e européias <sup>44</sup>, um terço dos jovens julgam ser melhor fazer o mínimo necessário no trabalho e procurar centros de interesse em outro lugar.

Segundo pesquisa conduzida por Dubin (1976), citado por MOW (1987), trabalhadores com alto nível de centralidade do trabalho valorizam particularmente resultados como: a confiança de seus superiores, a responsabilidade de seu trabalho, a utilidade dos produtos e serviços de sua empresa e as chances de crescimento e promoção. Já os trabalhadores com um índice de centralidade baixo buscam os seguintes benefícios: ter tempo livre para necessidades pessoais, conhecer as tarefas com antecedência, poder conversar enquanto trabalham, ter um mecanismo de remuneração satisfatório e trabalhar num ambiente moderno.

Segundo MOW (1987) existem outras razões que contribuem para esse resultado. Em primeiro lugar, há uma correlação entre trabalhadores com índice alto de centralidade de trabalho e empregos de *alto nível*, isto é, empregos estimulantes intelectualmente e com status mais elevado. Geralmente, minorias ou mulheres, que detêm piores empregos, apresentam índices mais baixos de centralidade do trabalho.

Condicionantes pessoais e sociais, tais como, experiência anterior, background familiar e histórico de recompensas, podem interferir na expectativa dos trabalhadores frente ao trabalho. Além disto, é preciso considerar diferenças culturais, na medida em que a visão

---

<sup>43</sup> MOW. *The Meaning of Working...* p. 18.

<sup>44</sup> Essas pesquisas são citadas or Levy-Leboyer (1994: 21), referentes aos trabalhos de Roussalet (1974), Linhart (1982), Francès (1981), Capdevielle, Meynaud & Mouriaux (1990), Offe (1984) e Inglehart (1990).

de trabalho como instrumento de realização pessoal pode apresentar diferentes graus de relevância de acordo com a sociedade analisada.

É possível dizer que um trabalho que proporcione prazer seja aquele que ocupe um papel central na vida do indivíduo? A princípio, sim. Um trabalho que implique em *envolvimento* e em *espaço fundamental de auto-expressão* está intimamente relacionado com um trabalho prazeroso. Contudo, a idéia de que uma pessoa possa encontrar estes aspectos em outra esfera da vida e que mantenha o trabalho enquanto meio de ganhar seu sustento ou forma de convívio social, não tornaria este trabalho, esta esfera da sua vida, algo não prazeroso em si. Embora esta situação e o quão violenta emocionalmente ela possa ser dependa, em grande parte, de características individuais, é importante salientar que sempre irá existir um grau de alienação em relação a este trabalho, porque não é *ali* que a pessoa se realiza, embora o desempenho de tais atividades possa não exigir maiores sacrifícios físicos ou psicológicos. Estas questões serão aprofundadas a seguir.

### ***A alienação do trabalho***

O termo alienação é abordado na teoria administrativa como *envolvimento negativo*, em contrapartida ao compromisso, *envolvimento positivo*. (Etzioni, 1968).

Segundo Guerreiro Ramos (1983), os estudos americanos consideram possível controlar os fatores responsáveis pela alienação no âmbito da organização. Já os teóricos europeus consideram a alienação um problema na ordem da sociedade global. Tal divergência deve-se à não consideração da teoria americana dos três sentidos da alienação:

a) auto-alienação: conceito de origem hegeliana, segundo o qual toda exteriorização ou objetivação do homem o aliena, situação inerente à própria condição humana, porque nenhum homem pode reconhecer-se totalmente no outro. Esta alienação seria insuperável para Hegel (para Marx, contudo, esta alienação só não é superável no sistema capitalista);

b) reificação ou coisificação: resultante da *perniciosa* alienação do indivíduo ao trabalho, no qual ele se sente estranho a si mesmo. “Originariamente esse estado psicológico se verifica em organizações em que o indivíduo é tratado como unidade abstrata, força de trabalho, mero instrumento passivo que, em troca de salários, cumpre tarefas, segundo especificações autocraticamente determinadas (...) O ajustamento ao trabalho, nessas circunstâncias, só é conseguido pelo indivíduo com um esforço penoso de auto-racionalização de sua conduta.”(Ramos, 1983: 56)

c) privação do indivíduo dos meios de decisão ou do poder. A *desalienação*, neste caso, só é possível através de reestruturação do processo decisório.

Quando fala de alienação Guerreiro Ramos (1983) faz algumas ressalvas, tomando como base os três sentidos da alienação: 1) não é possível analisar a alienação no plano microsocial sem considerar o plano macro, 2) a promessa de desalienação total não tem fundamento científico, ou seja, é impensável a desalienação absoluta, porque a superação de uma alienação é começo de outra; 3) a compreensão da alienação é uma forma de desalienação, mas sozinha, sem participação ativa dos indivíduos na relação de poder e na tomada de decisões não é completa e 4) a alienação é sempre múltipla e complexa, de tal forma que “elevada desalienação relativa na ordem das relações de poder não importa necessariamente em desalienação na ordem da compreensão racional-substancial do mundo.”<sup>45</sup>

Partindo de um conceito de alienação que implica na separação do indivíduo do conteúdo e sentido do seu trabalho e na perda da capacidade de auto-expressão no trabalho - e portanto, considerando, de certa forma, as três faces da alienação definidas por Guerreiro Ramos - Wilensky (1960), citado por MOW (1987) conduziu ampla pesquisa de campo sobre o assunto e concluiu que o fator que melhor explicava a alienação eram as experiências caóticas de trabalho e carreira, incluindo o desemprego.

É relevante considerar que o indivíduo alienado não é necessariamente frustrado, uma vez que ele se adaptou ao contexto instrumental. (Fox, 1980; Rouanet). É o que Marcuse

---

<sup>45</sup> GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Administração e Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV. 1983, p. 63.

(1973) denomina de alienação profunda, onde o próprio indivíduo não tem consciência de sua condição de alienado.

Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Essa identificação não é uma ilusão, mas uma realidade. Contudo, a realidade constitui uma etapa mais progressiva da alienação. Esta se torna inteiramente objetiva<sup>46</sup>

Na sociedade repressiva contemporânea (...) há uma internalização da repressão e sua transformação em vivência autônoma. A falsa consciência se generaliza do plano cognitivo ao plano emocional e psicológico. O indivíduo não somente não se *sabe* alienado, como nem sequer se *sente* alienado.<sup>47</sup>

Considerando que a desalienação total não é possível, porque existe a auto-alienação (conceito hegeliano, visto no item "a") e por que a superação de uma alienação implica em outra (Guerreiro Ramos, 1983; Motta, 1991; Enriquez, 1974), em qualquer *princípio de desempenho*, o sentido de trabalho convive com determinado grau de alienação. Tal fato não torna o trabalho incompatível com o prazer. Ao contrário, segundo Motta (1991) esta é uma condição necessária à sobrevivência humana: "pois alienação também significa o reconhecimento do outro ou dos outros, aceitação do ser falado pelo ou pelos outros, evitando a queda na loucura da onipotência."<sup>48</sup>

### ***O prazer e a descarga psíquica do trabalho***

Dejours (1994) elabora sobre a questão do prazer no trabalho, tendo como base o campo de conhecimento denominado de Psicodinâmica do Trabalho<sup>49</sup>, que se dedica, dentre outros tópicos, a buscar alternativas para a construção do sentido do trabalho. Porém, embora o foco seja sempre a busca do prazer e a eliminação e diminuição do sofrimento, é

<sup>46</sup> MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar. 1973. p. 31.

<sup>47</sup> ROUANET, Sérgio. "De Eros ... Op. cit. p. 97.

<sup>48</sup> MOTTA, Fernando C. P. "Organizações: Vínculo e Imagem" in *Revista de administração de Empresas*. São Paulo, 31(3). Jul/Set. 1991. p. 08.

<sup>49</sup> Seligmann-Silva(1994) define Psicodinâmica do Trabalho como uma disciplina oriunda da Escola Psicopatologia do Trabalho, edificada a partir das idéias do próprio Christophe Dejours.

preciso entender que estas relações são complexas e variam caso a caso. A Psicodinâmica do Trabalho utiliza, contudo, a normalidade dos comportamentos e Dejours ressalta que “a normalidade dos comportamentos não implica a ausência de sofrimento. E o sofrimento além disto, não exclui o prazer.”<sup>50</sup>

Dejours chama a atenção para o fato de que, além da carga física de trabalho, existe também uma carga psíquica, que é extremamente difícil de ser quantificada. Embora prazer, satisfação, agressividade e frustração sejam antes fatores qualitativos, eles desencadeiam efeitos reais, tais como, absenteísmo, engajamento excessivo e outras reações concretas. Ele chama a atenção para a existência de um *paradoxo psíquico do trabalho*, uma vez que o trabalho constitui-se em fonte de equilíbrio para algumas pessoas e em causa de fadiga para outras. Qual é a resposta para reações tão diversas?

Na relação homem-trabalho, Dejours afirma que três fatos devem ser colocados:

- o organismo do trabalhador não é um motor humano, na medida em que é permanentemente objeto de excitações, não somente exógenas, mas também endógenas;
- o trabalhador não chega ao seu local de trabalho como uma máquina nova. Ele possui uma história pessoal que se concretiza por uma certa qualidade de suas aspirações, de seus desejos, de suas motivações, de suas necessidades psicológicas, que integram sua história passada. Isto confere a cada indivíduo características únicas e pessoais;
- o trabalhador, enfim, em razão de sua história, dispõe de vias de descarga preferenciais, que não são as mesmas para todos e que participam na formação daquilo que denominamos estrutura da personalidade.<sup>51</sup>

Assim, a pergunta que Dejours julga importante é saber se o trabalho oferece ao indivíduo uma adequada canalização de sua energia psíquica, sendo que, ao contrário da carga física, o perigo aqui é que o trabalho implique no *subemprego* de aptidões psíquicas, retendo a energia pulsional.

Daí, Dejours conclui - o que é de grande relevância para este estudo - que:

“o trabalho torna-se perigoso para o aparelho psíquico quando ele se opõe à sua livre atividade. O bem-estar, em matéria de carga psíquica, não advém só da ausência de funcionamento, mas, pelo contrário, de um livre funcionamento, articulado

<sup>50</sup> DEJOURS, Christophe *et alli*. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas. 1994. p. 47. Este estudo não se propõe a se aprofundar sobre a relação sofrimento/prazer. Para maiores detalhes, ver a obra de Dejours, citada.

<sup>51</sup> DEJOURS, C. *Psicodinâmica do Trabalho* ... p. 24.

dialeticamente com o conteúdo da tarefa, expresso, por sua vez, na própria tarefa e revigorado por ela. (...) A partir disso, os fatos tornam-se relativamente mais simples para ser interpretados: se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante”.<sup>52</sup>

Algumas atividades teriam uma tendência natural de provocar essa descarga psíquica no trabalhador, como é o caso do trabalho desempenhado pelo artista, cirurgião, pesquisador etc, que segundo Dejours, uma vez terminado, faz com que o indivíduo se sinta melhor do que estava antes de tê-la exercido. Já um trabalho fragmentado, que não foi livremente escolhido e não é livremente organizado faz com que a energia psíquica seja acumulada, gerando desprazer e tensão. Estas conseqüências psíquicas, acumuladas e constantes, podem vir a se tornar patológicas.<sup>53</sup>

Também um trabalho fragmentado e rotineiro pode fazer com que a pessoa subutilize sua carga psíquica. Em muitos casos, isso se torna um mecanismo de defesa em relação a uma atividade que demandaria um stress emocional muito grande, caso fosse executado plenamente. Lipietz (1991), chama a atenção para o fato e diz que isto é particularmente comum em relação às mulheres, uma vez que elas precisam se poupar para a carga psíquica fora do período de trabalho. “Elas sentem fisicamente que, quando a nova organização do trabalho mobiliza sua atenção e inteligência, não lhes sobra tempo para organizar mentalmente a segunda jornada de trabalho: as compras, a comida, as crianças. Por salário idêntico, elas preferem ainda o trabalho automatizado àquele em módulo”.<sup>54</sup>

Para Dejours, o componente-chave na diferenciação de atividades que geram descarga psíquica e, portanto, prazer, das que não geram, é a *liberdade de organização do trabalho*. As organizações modernas do trabalho, proporcionam trabalho com baixa descarga psíquica, porque impõem a *vontade de outro*. “O trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade de outro.”<sup>55</sup>

<sup>52</sup> DEJOURS, C. *Psicodinâmica do Trabalho...* p. 24.

<sup>53</sup> Dejours trabalha com as conseqüências patológicas vinculadas a um excesso de carga psíquica. É interessante sua conclusão sobre tais conseqüências: “Duas modalidades aqui são possíveis em função da estrutura mental: a descompensação psiconeurótica e a descompensação somática. A sobrecarga psíquica produzirá um delírio, se se trata de uma estrutura psicótica; uma depressão se se trata de uma estrutura neurótica, ou uma doença somática se se trata de uma desorganização mental.” Op. cit., p. 30.

<sup>54</sup> LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel. 1991.p.66.

<sup>55</sup> DEJOURS, C. *Psicodinâmica do Trabalho...*, p. 27.

Apenas um fator pode atenuar a falta de liberdade da organização do trabalho: a *liberdade na escolha do trabalho*. Desta forma, mesmo que o indivíduo não determine a organização do seu trabalho, se ele mesmo tiver escolhido este trabalho, haverá uma diminuição da carga psíquica do trabalho, ou seja, o trabalho terá maior probabilidade de ser fonte de prazer.

As conclusões alcançadas pela Psicodinâmica do Trabalho são extremamente importantes para esta dissertação. Uma vez que o objetivo aqui é entender se determinado *princípio do desempenho* abre possibilidade para um trabalho prazeroso, podemos concluir, a partir de Dejours, que isto seria possível se este *princípio de desempenho* oferecesse: 1- um trabalho que utilizasse o pleno emprego de suas aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas e 2- oferecesse ao indivíduo liberdade na organização do trabalho, de tal forma que ele pudesse utilizar sua carga psíquica (“articulada com o conteúdo da tarefa e sendo revigorado por ela”) e descarregá-la no desempenho desta atividade.

### ***O sentido do trabalho e o sentido da vida***

Sievers (1990) afirma que, em geral, na nossa sociedade, o sentido do trabalho desapareceu ou então foi perdido. Segundo ele, esta perda “está diretamente ligada à crescente divisão e fragmentação do trabalho, princípios que vêm sendo observados na estruturação da forma de trabalhar na maioria de nossas organizações ocidentais.”<sup>56</sup> Como decorrência, observa-se a perda do conteúdo do trabalho, uma vez que este passa a exigir uma parcela mínima de habilidades de uma pessoa madura. O trabalho, embora tenha adquirido uma importância sem precedentes, perdeu sentido (Anthony, 1980). De acordo com uma interpretação dejouriana, as pessoas na nossa sociedade estariam, no geral, subutilizando sua capacidade psíquica ou não estariam descarregando esta energia psíquica adequadamente.

Sievers analisa também a visão dicotômica das organizações, nas quais seus membros não são considerados como iguais. Existe uma divisão entre os que possuem autoridade,

---

<sup>56</sup> SIEVERS, Burkard. “Além do Sucedâneo da Motivação” in: BERGANIMI, Cecília & CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional - Motivação e Liderança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1990. p. 109

responsabilidade, habilidade, conhecimento etc, sendo, portanto, *os ativamente comprometidos com os objetivos e os outros.*

Por trás dessa relação entre onipotentes x impotentes e entre oniscientes x ignorantes subjaz uma outra divisão que não se limita apenas ao sistema social e que é reforçada por um complexo processo psíquico de projeções e introjeções do mundo exterior. A confusão gerada por este processo afeta os trabalhadores, através da perda da auto-estima e respeito próprio. Estas são conseqüências que se observam não somente dentro da organização, mas em todas as esferas da vida do indivíduo.

As teorias motivacionais nasceram da tentativa de substituir um sentido do trabalho que foi perdido em função das condições modernas de trabalho, conforme descrito por Sievers:

A motivação passou a ser um tópico - tanto para as teorias organizacionais, quanto para a organização do trabalho em si - quando o sentido do próprio trabalho desapareceu ou então foi perdido; a perda do sentido do trabalho está diretamente ligada à crescente divisão e fragmentação do trabalho, princípios que vêm sendo observados na estruturação da forma de trabalhar da maioria de nossas organizações ocidentais. Como conseqüência, as teorias motivacionais têm se transformado em sucedâneos na busca do sentido do trabalho.<sup>57</sup>

Motivar tornou-se, então, uma ferramenta necessária para induzir as pessoas a fazerem coisas que elas não desejam ou não sentem necessidade de fazer, e sobre as quais elas não têm controle dos meios e dos fins. Mais do que isto, é esperado que elas executem estas tarefas com o melhor desempenho possível. É preciso combater a indiferença, que não é desejável tendo em vista os objetivos de eficiência e lucratividade e, para isto, existem os *mercadores do sentido* (nas palavras de Sievers) representados pelos programas motivacionais, bem como por técnicas de gestão participativa (grupos autônomos), job enrichment, dentre outros, que visam o envolvimento do trabalhador em relação ao trabalho. Tais programas não rompem com o instrumentalismo. Ao contrário, representam sua evolução. (Sievers, 1994; Archer, 1994; Bergamini, 1994; Fox, 1980; Alvesson, 1987).

Sievers está convencido de que as causas apontadas por ele como diretamente ligadas à perda do sentido do trabalho, ou seja, a fragmentação do trabalho e a visão dicotômica nas

---

<sup>57</sup> SIEVERS, B. "Além do Sucedâneo da Motivação... p. 109.

apóia em uma característica não inerente à vida humana, que é a imortalidade.

A questão é caracterizada pelas palavras de Sievers (1990):

“Referir-se ao significado do trabalho como um princípio subjacente à tremenda fragmentação coletiva e individual e ao processo de divisão significa também mudar o quadro de referências através do qual a realidade é predominantemente percebida. Da mesma forma que a realidade, além da moldura de um quadro, é a pré-condição lógica para se perceber a realidade específica do próprio quadro e sua mensagem ou significado, para compreender-se o significado do quadro é necessário que este esteja relacionado a alguma coisa a mais que possa ser transcendido. Significado no geral e, especialmente o significado da vida de alguém, só pode ser percebido além da moldura. Isto quer dizer que o significado da vida só pode ser discutido a partir da morte como final da vida.”<sup>60</sup>

Na verdade, o problema levantado por Sievers não consegue ser resolvido sob o domínio da racionalidade instrumental. *Olhar o quadro além da moldura*, ou entender a vida a partir da incorporação do conceito de morte significa ir além da questão de otimização dos meios para atingimento dos fins.

Do que foi apresentado, percebemos que uma parcela significativa do problema da falta de sentido do trabalho pode ser entendida como falta do sentido da própria vida. Este problema se agrava em períodos históricos de transição, onde todo o conjunto de valores que regem a sociedade encontram-se em questionamento, sem que um novo conjunto tenha sido formado para substituir o antigo. Historicamente, os princípios de desempenho vigentes, como foi visto no capítulo 1, carregam consigo uma série de valores referentes à vida e ao trabalho. Tal fato talvez indique, de acordo com as idéias dos autores citados nesta parte do estudo, que estamos vivendo um destes momentos de transição e que, portanto, um novo princípio de desempenho esteja sendo formado.

### ***O trabalho como fonte de identidade e as conseqüências do desemprego***

Um aspecto relevante é o vínculo existente entre o trabalho e a identidade. O indivíduo é alguém porque desempenha determinado trabalho ou possui determinado

---

<sup>60</sup> SIEVERS, Burkard. “Além do Sucedâneo da Motivação” in: BERGANIMI, Cecília & CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional - Motivação e Liderança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1990. p.118.

emprego.

Conforme Enriquez (1974), o desejo de reconhecimento, que significa o *desejo do desejo do outro*, é o que move o ser humano. “Nós só existimos quando somos reconhecidos pelos outros”<sup>60</sup>. Isto é uma verdade para todas as esferas da vida e, em especial, para o trabalho, que é o ethos fundamental de realização da *procura da identidade pelo reconhecimento*. Em particular, as organizações parecem ser o locus onde as pessoas irão tentar realizar seus projetos e desejos. (Motta, 1991).

De modo especial, a organização, nas sociedades contemporâneas, irá se colocar como o único lugar onde essa tentativa pode ocorrer. É assim que os indivíduos tendem a ver como impossível sua vida psicológica e social sem a inserção nas organizações. (...) A organização, no seu cotidiano, está sempre a chamar para a luta, a luta que significa provar a própria existência, instaurando, desta forma, as regras da luta pela sobrevivência.”<sup>61</sup>

Contudo, submeter-se à organização não é uma opção isenta de prazer. Ao contrário, o indivíduo consegue encontrar respostas para seus desejos, especialmente, seu desejo de reconhecimento. E isto ocorre não somente no plano concreto, mas especialmente no imaginário das organizações.<sup>62</sup>

O outro lado desta problemática pode ser analisado em situações de desemprego, onde a própria identidade do indivíduo fica abalada. “Neste momento, eu não consigo me definir porque... Estou desempregado... Então, veja, não consigo dizer quem eu sou neste momento... Eu acho que uma pessoa é algo mais que seu trabalho, não é? Mas o que é este algo mais? Eu simplesmente não sei.”<sup>63</sup>

As experiências individuais em situações de desemprego demonstram como as pessoas experienciam a ausência de trabalho em suas vidas e fornecem pistas para seu significado. É como se somente a experiência do *buraco*, da *ausência*, pudesse trazer para a consciência a importância e o conteúdo do que era ali preenchido. De certa forma, é possível

<sup>60</sup> HENRIQUEZ, Eugène. “Imaginário, Recalcamento e Repressão nas Organizações” in: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. No 36/37. 1974.p. 56.

<sup>61</sup> MOTTA, F. “Organizações: Vínculo e Imagem” p. 8

<sup>62</sup> O tema imaginário social e organizacional está intimamente relacionado a este estudo, não sendo, contudo, objeto dele. Estamos adotando a premissa de que através do imaginário o indivíduo obtém prazer no trabalho, bem como sofrimento e pressões emocionais. Ver Motta (1991), Pagés (1984), Enriquez(1974), Morgan (1986) e Dejours (1991).

<sup>63</sup> TERKEL, Studs. *Working*. Nova York: Pantheon. 1972, p. 44, citado por MOW. *The Meaning of Working...*p.06.

analisar a questão da identidade do trabalho através da análise do impacto do desemprego sobre o indivíduo.

Segundo Caldas (1995) as explicações clássicas sobre os efeitos da perda de emprego no indivíduo podem ser divididas em duas hipóteses básicas:

1- *hipótese de privação*. Termo criado por Jahoda (1981,1982) que sustenta que estar empregado produz uma série de conseqüências: a) as deliberadas ou manifestas: relacionadas com os meios de obtenção de vida, carreira, etc e b) as involuntárias ou latentes: imposição de uma estrutura de tempo, experiência compartilhada fora do ambiente familiar, status, identidade, ligação com propósitos que transcendem a si mesmo e imposição de atividade. Assim, uma vez que estas funções atendem a necessidades humanas, ser privado delas apresenta conseqüências desastrosas.

Segundo Jahoda (1981,1982), citada por Caldas (1995), um desempregado que permanece psicologicamente saudável, provavelmente obtém a satisfação dessas necessidades em outra instituição social.

2- *efeitos ocorrem em fases ou ciclos*. O desemprego tenderia ao desespero e ao fatalismo de uma forma progressiva, alcançada em etapas: choque, otimismo, pessimismo, culminando no fatalismo e ajuste à situação. Segundo Caldas, esta é uma hipótese muito simplista e, na maior parte das vezes, não comprovada empiricamente.

Vários são os efeitos do desemprego para o indivíduo. Além das conseqüências concretas, como diminuição da renda, dificuldade de realocação, problemas físicos, é relevante ressaltar os efeitos psico-emocionais, tais como: insegurança, queda na auto-estima, ansiedade, angústia, instabilidade emocional, stress e a morte (em especial, o suicídio). (Caldas, 1995; MOW, 1987; Lévy-Leboyer,1994).

Um exemplo contundente é oferecido por Drucker, citado por Guerreiro Ramos (1949):

“O desempregado, sobretudo, desintegra-se socialmente. Perde as habilidade que tinha e moral que ostentava, torna-se apático e insocial. O desempregado a princípio pode ser amargo; o ressentimento é ainda uma forma de participação na sociedade, embora negativa. Logo, porém, para o desempregado, a sociedade se torna demasiado irracional e incompreensível até para a revolta. Fica perturbado.

Sente-se ameaçado. Passa a resignado e por fim mergulha numa apatia que é como uma morte social. Durante os períodos crepusculares de alta atividade nos negócios e altos desempregos que caracterizam os países industriais num passado recente, qualquer estudioso de questões sociais com experiência, seria capaz de descobrir dentro de uma multidão, de uma cidade industrial, numa tarde de sábado, os desempregados crônicos. Não vestiam necessariamente com mais pobreza do que os outros; não pareciam mais subalimentados. Tinham, porém, o ar iniludível de perturbação, de homens derrotados e perseguidos por uma fatalidade cega que os distinguia tanto como se eles pertencessem a outra raça.”<sup>65</sup>

Contudo, estes efeitos estão de tal forma impregnados pelo conteúdo social do trabalho e pela determinação do papel que o trabalho tem em cada sociedade específica, que torna-se difícil isolar adequadamente o sentido subjetivo e objetivo do trabalho, uma vez que “mesmo a subjetividade do indivíduo caiu prisioneira da racionalidade instrumental. (...) Nas sociedades industriais, a lógica da racionalidade instrumental, que amplia o controle da natureza, ou seja, o desenvolvimento das forças produtoras, se tornou a lógica da vida humana em geral.”<sup>66</sup>

Assim, não é possível diagnosticar com precisão até que ponto os efeitos da demissão na teoria moderna, consolidados no trabalho de Caldas, representam conseqüências inerentes ao sentido socialmente construído do trabalho (ou ao *princípio de desempenho*, conforme o termo marcusiano) ou condições inerentes à própria natureza humana. É o efeito do que foi apresentado no início deste capítulo, da *imposição ou aprendizagem do sentido*.

### ***As variáveis condicionantes***

#### *Situação familiar*

Responsabilidades financeiras em relação à família podem levar o indivíduo a ter o trabalho como a principal esfera da vida. Tal fato não indica, necessariamente, que o

<sup>65</sup> Peter Drucker. *The future of Industrial Man* citado por G. Ramos. *Uma Introdução ao Histórico...*, 1949.

<sup>66</sup> GUERREIRO RAMOS. *A Nova Ciência...*, pp. 12 e 13.

trabalho terá um elevado *índice de centralidade*, porque esta pessoa pode não atribuir um maior significado ao trabalho, apesar de sua predominância em termo de tempo dispendido. Pode acontecer também o contrário: pesadas responsabilidades financeiras podem levar o indivíduo a identificar-se mais fortemente com o trabalho, com o objetivo de manter uma percepção de si mesmo como uma pessoa respeitável. (MOW, 1987)

Segundo Fox (1980), as classes sociais mais baixas têm, em geral, menor liberdade de ação. As pessoas são compelidas a se adaptar em troca de retorno material. É a supremacia da racionalidade instrumental. Nas classes sociais mais elevadas, conquanto subsistam os fatores instrumentais, alguns fatores intrínsecos - relacionados à auto-realização - são agregados. O autor isola em uma terceira categoria os donos e controladores que, apesar de pertencerem às classes mais elevadas, são basicamente regidos pela racionalidade instrumental.

Um exemplo da relação entre estrutura familiar/classe social e o comprometimento pode ser visto através dos resultado da pesquisa apresentada por Fox (1980)): quando perguntadas sobre que tipo de trabalho teriam se pudessem começar tudo de novo, o percentual de pessoas que escolheria um trabalho similar diminui à medida em que a escala social também se abaixa.<sup>67</sup>

#### Características pessoais

MOW (1987) afirma que a idade cronológica bem como grupos de gerações (geração pós-guerra, hippies etc) propiciam diferenciações na construção do sentido do trabalho, uma vez que afetam as condições de aprendizagem e socialização do trabalho.

Além da idade em si, Fox (1980) chama a atenção para o fato de que a *posição no ciclo da vida* exerce forte influência na construção do sentido.

Já a variação do sentido do trabalho em função da *diferença de sexo* advém do fato de que não somente os valores culturais sa sociedade e da família diferenciam homens e

<sup>67</sup> De acordo com pesquisa apresentada por FOX, Alan. "The Meaning of work" in: ESLAND, Geoff & SALAMAN, Graeme. *The Politics of Work and Occupations*. s.l.: The Open University Press Milton Keynes, s.d.. p. 177.

mulheres, como também a percepção feminina é diferenciada. Tais diferenças irão variar de acordo com o país e com a geração analisada. (MOW, 1987).

Pesquisas apontam a relação entre *educação* e as crenças e valores das pessoas. A educação, além do desenvolvimento do conhecimento técnico, propicia que o indivíduo possa examinar suas crenças e valores mais profundamente, de tal forma que ele se torna mais auto-orientado e mais consciente de suas ações e crenças. Desta forma, educação está diretamente envolvida com a *centralidade do trabalho*, porque ela *transmite* significado à pessoa e propicia oportunidade de contato com algum sentido do trabalho. Ainda, de acordo com MOW (1987), a educação tem um papel relevante para o sentido do trabalho, porque o comprometimento e envolvimento são, em parte, vinculados ao conhecimento - a pessoa gosta de algo e se envolve com ele, na medida em que o conhece - que é adquirido através do processo educativo.

Para Fox (1980), a educação deflagra um ciclo de desigualdade relacionado ao sentido do trabalho. Este ciclo tem início no viés de valores e sentidos oferecidos pela escola. Tais valores são reforçados pela estrutura de carreira, pela família e amigos. De posse de todo este conteúdo, o indivíduo *forma* o seu próprio sentido, que será reproduzido com seus filhos.

#### Características do emprego

Kohn & Schooler's (1983), citados por MOW (1987), pesquisaram a relação existente entre a ocupação e o sentido do trabalho e concluíram que pessoas que têm trabalho mais autônomo e maior poder de decisão tornam-se auto-direcionadas e, portanto, mais engajadas no trabalho (e menos alienadas). Elas se identificam e se comprometem mais com o trabalho. Esta conclusão corrobora as idéias de Dejours (1994) sobre a liberdade de organização do trabalho como elemento-chave na determinação de um trabalho que proporcione prazer.

### Condições agravantes de trabalho

Condições agravantes são as que demandam excessivamente do trabalhador, física ou mentalmente e que interferem no sentido do trabalho. As conseqüências observadas são: níveis baixos de centralidade do trabalho, motivação focada em dinheiro e conforto e necessidade de normas impositivas de controle de trabalho. É interessante notar, contudo, que quando tais condições agravantes estão associadas a altos níveis de auto-direção por parte do indivíduo (ele executa esta atividade porque quer fazê-lo), isto proporciona elevado nível de centralidade do trabalho. (MOW, 1987).

### Estrutura de carreira

Segundo Martins (1995), “as políticas de carreira são instrumentos que interferem na subjetividade dos indivíduos, tendo um papel de reforçador dos vínculos entre indivíduo e organização. Tal capacidade advém da influência que esse tipo de gestão exerce sobre o inconsciente dos indivíduos.”<sup>68</sup> Desta forma, as políticas de carreira estabelecem um conjunto de valores que irão nortear o indivíduo e influenciar o sentido do trabalho.

Do que foi apresentado neste capítulo, o que determina ou indica que o trabalho seja realmente uma atividade relevante para o indivíduo, a ponto de, uma vez libertado da necessidade do trabalho, ainda assim, continuaria a executá-la?

Mesmo partindo da premissa de que a necessidade maior do ser humano é criar, não é possível concluir que o trabalho (no sentido moderno da palavra) represente o ethos mais adequado para isto, pois é viável imaginar uma sociedade de tempo-livre, onde as pessoas não trabalhem, mas tenham alguma *atividade criativa*. Ou, de acordo com Arendt (1991), conforme vimos no capítulo 1, os homens podem viver sem laborar (trabalhar, no sentido moderno) e sem *trabalhar* (produzir algo útil), mas para terem vida humana, necessitam da

---

<sup>68</sup> MARTINS, Maria Augusta G. *Políticas de Carreira e Subjetividade nos Indivíduos*. Dissertação de mestrado apresentada à EAESP/FGV. 1995. 134p. p.01.

ação e do discurso, que são as atividades nas quais o homem expressa a si mesmo.

É preciso considerar, contudo, que essa *atividade criativa*, que atende as necessidades físicas e psíquicas do ser humano (Dejours) e através da qual indivíduo consegue se auto-expressar (MOW e Arendt), possa ser trabalho num *invólucro* diferente do que o atual. Assim, uma vez que a definição do conceito de trabalho seja alicerçada num escopo mais amplo do que é trabalho no mundo moderno (atividade institucionalizada, regida pela racionalidade instrumental ...), incluindo outros sentidos resgatados do passado, conforme vimos no capítulo 1, ou construindo um inteiramente novo, concluiríamos que o trabalho é realmente uma necessidade vital para o indivíduo e que este, mesmo libertado da necessidade de trabalhar (no sentido material), ainda assim encontraria razão para fazê-lo.

As razões para a relevância do trabalho da vida humana pode ser justificada através de dois fatores:

1- A correlação entre o sentido do trabalho e o sentido da própria vida, conforme analisado. Este sentido filosófico do trabalho, conquanto seja o menos tangível e mais difícil de analisar à luz da racionalidade acadêmica (e portanto, instrumental), parece ser o aspecto mais importante do trabalho. “Um número cada vez maior de pessoas está convicto de que não basta mais *ter um emprego* ou mesmo *uma carreira*. Essas pessoas estão em busca de um significado mais profundo para as suas vidas”.<sup>69</sup>

Quando se afirma que a maior necessidade humana é a criação (e aqui esta palavra não deve ser entendida no sentido moderno, como *produção de coisas*, mas num sentido mais amplo, que envolva também o conceito de ação de Arendt), a referência é, na verdade, uma necessidade vinculada ao sentido da vida humana. E o fato de que esta necessidade possa ser exercida e atendida na esfera do trabalho torna a *correlação entre vida e trabalho* estreita e inevitável.

2- De acordo com a Psicologia, o trabalho representa o laço mais forte com a realidade na vida do indivíduo. É o espaço onde o ser humano constrói sua identidade e personalidade, através da mediação com a realidade. “É o trabalho que de fato situa o indivíduo na

<sup>69</sup> HARMAN, W. & HORMANN, J. *O Trabalho Criativo*. São Paulo: Cultrix. 1992. p. 190.

sociedade, sendo através das experiências da vida ativa que são construídas a identidade e a personalidade de cada um”<sup>70</sup>. Este laço possibilita a auto-alienação (na definição hegeliana do termo, conforme foi visto), necessária para que o indivíduo não caia na loucura ou na onipotência. (Motta, 1991).

Uma vez que esta centralidade pode estar ameaçada, como será discutido na parte II deste estudo, a formação de um novo sentido que integre os valores desta nova realidade é altamente provável. Lévy-Leboyer coloca sua apreensão, caso isto não aconteça:

Se o trabalho se transformar em uma atividade secundária, tanto do ponto de vista da hierarquia de valores quanto do planejamento do tempo que é consagrado a ele, uma parte do esqueleto social está fragilizada e a *dinâmica* [grifo nosso] tradicional do desenvolvimento da personalidade é colocada em dúvida.<sup>71</sup>

Dessa forma, vimos que o ser humano tem necessidades e que um trabalho que proporcione prazer implica no atendimento destas necessidades. De acordo com os autores apresentados, o trabalho no período moderno apresenta características que impedem ou inibem este atendimento, não oferecendo uma estrutura de trabalho adequada à existência de uma trabalho prazeroso. Tal fato não significa que o prazer está excluído da esfera do trabalho na modernidade. Apenas significa que esta não é a condição geral ou, ainda, que este não é o objetivo final pretendido. A lógica instrumental é regida pela maximização dos lucros e produtividade. Se, na corrida por estes objetivos, o trabalho for prazeroso ao homem, tanto melhor. Mas o prazer não é o objetivo final, embora, como tenha sido visto neste capítulo, a busca pelo prazer venha, em muitos momentos, se tornando uma preocupação, na medida em que apresenta como resultado um maior envolvimento e compromisso e, conseqüentemente, uma maior produtividade.

A questão agora é saber se, sob um novo *princípio de desempenho* (caso se comprove esta mudança), serão criadas condições que possibilitem e estimulem um trabalho com sentido, ou seja, um trabalho prazeroso.

<sup>70</sup> LÉVY-LEBOYER, Claude. *A Crise das Motivações*. São Paulo: Atlas, 1994, p. 21.

<sup>71</sup> LÉVY-LEBOYER, C. *A Crise das Motivações...*, pp. 21-22.

## Parte II - TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Essa parte do estudo tem como objetivo analisar as transformações econômico-sociais da nossa época e as conseqüências para o que designamos aqui, o *mundo do trabalho*, representado pelas condições concretas do trabalho humano, que são: a forma de organização do trabalho, a institucionalização do trabalho (ou a falta dela), o desemprego, a jornada de trabalho, dentre outras. (Ianni, 1994; Mattoso, 1995 e Bernardes, 1994). A elaboração desta parte dará o subsídio analítico para que, na conclusão, se possa discutir se vivemos ou não um outro *princípio de desempenho*.

### Cap.3 - A crise do modelo

*Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado do que o do trabalho, e este princípio ético, que torna-se oficial somente no socialismo, vem a ser princípio econômico e critério político e humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria esta dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não. O trabalho é uma fé, algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino.<sup>72</sup>*

Thomas Mann, citado por Robert Kurz em *O Colapso da Modernização*.

O objetivo deste capítulo é analisar as transformações do trabalho através da crise do modelo atual na percepção de alguns autores-chave para esta discussão, como Kurz (1993), Lipietz (1991), Gorz (1989), Antunes (1995), Mattoso (1995) e Aznar (1995). Embora esta mesma crise seja amplamente discutida como *crise do período moderno, crise da modernidade, crise da*

<sup>72</sup> Thomas Mann, citado por Robert Kurz em *O Colapso da Modernização- Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 1992. p.24.

*pós-modernidade*, o foco aqui não é a pertinência ou não destas denominações<sup>73</sup>, mas as implicações desta crise para a categoria trabalho e para o indivíduo.

Antes dessa análise da crise do modelo atual - amplamente discutida como uma Terceira Revolução Industrial - será apresentado um breve histórico das crises anteriores do modelo, tendo como base duas linhas importantes de pensamento: a análise da Segunda Revolução Industrial (marcação consensual da história) e a análise da Escola Francesa de Regulação, que apresenta contribuições relevantes sobre o assunto.

### ***A Segunda Revolução Industrial e o modelo fordista***

A Revolução Industrial, ocorrida nos séculos XVIII e XIX, provocou, especialmente na Inglaterra, a mecanização das fábricas, marcando a primeira grande onda de transformação capitalista.

Nas últimas décadas do século XIX, alguns fatores, como o nascimento da eletricidade, do motor à explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos e da manufatura de precisão, desencadearam um segundo grande ciclo de crescimento industrial, reconhecido por Segunda Revolução Industrial. (Mattoso, 1995).

Desde as últimas décadas do século XIX o sistema capitalista potencializou sua expansão, tendo por base uma segunda onda de inovações e sua capacidade de aliar crescentemente a mais-valia absoluta e relativa. O acentuado processo de concentração e centralização do capital favoreceu o surgimento da grande empresa e da estrutura oligopólica que iria tornar rígidos os mecanismos de funcionamento dos mercados. Generalizou-se o uso da máquina em grandes unidades produtivas, tornando o trabalhador cada vez mais seu apêndice, reduzindo seu trabalho a gestos repetitivos e organizando o trabalho em equipes.<sup>74</sup>

73 A respeito da discussão sobre modernidade e pós-modernidade, vale ressaltar duas leituras indispensáveis: HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1993 e BERMAN Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia da Letras. 1986.

Ver também o artigo de Michael Löwy. "A Escola de Frankfurt e a Modernidade: Benjamim e Habermas" in: *Novos Estudos Cebrap*, no 32. Março de 1992.

74 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta. 1995, p.19.

O desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e de seu padrão tecnológico e produtivo - acelerado pela grande crise capitalista de 1873-1896 - foi um fator fundamental para a criação das condições da Segunda Revolução Industrial, que culminou somente após a crise de 1930. Esta *lentidão* seria resultado de uma auto-proteção das sociedades contra a mercantilização da vida e contra a subordinação das relações sociais ao mercado, considerada por Polanyi (1980) “uma ameaça para os componentes humanos e natural do tecido social”.<sup>75</sup> Ou, ainda, para Hobsbawm (1966), citado por Mattoso (1995), até o início das primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento se dava em ciclos curtos e instáveis (ocasionando lentidão ao processo de transformações), porque a tendência era o desenvolvimento desigual do departamento I, que é o produtor dos meios de produção. Tal fato só foi superado com a criação de um *novo padrão* de desenvolvimento capitalista.

Mattoso (1995) enumera as principais características da estrutura produtiva surgidas na Segunda Revolução Industrial e consolidadas no período pós-guerra. São elas: rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade; liderança do setor industrial (especialmente produção em massa de produto de consumo duráveis, indústria de bens de capital e química); ritmo de crescimento do comércio internacional mais intenso que o da produção industrial; crescimento econômico dos países capitalistas ancorado no mercado interno; crescente participação do emprego industrial e dos serviços e queda da participação do emprego agrícola na economia (o que favoreceu uma rápida redução do desemprego) e acelerada mudança de fontes energéticas (o petróleo em detrimento do carvão).

A Segunda Revolução Industrial alcançou o auge no período que se seguiu ao pós-guerra, inaugurando a fase dos *anos dourados* do capitalismo. No entanto, paralelamente à instauração de mecanismos de mercado, os países industrializados contaram com a estruturação e estabilização públicas. Em outras palavras, o Estado, através de formas diversificadas e ampliadas de intervenção exerceu importante papel no desenvolvimento econômico. “Uma nova forma de gestão tomou a seu cargo a reprodução da força de trabalho social e articulou com os sindicatos a compatibilização da gestão da força de trabalho aos ritmos e modalidades da acumulação, favorecendo, então, que os níveis salariais

---

75 POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.153.

e de consumo se tornassem compatíveis com o novo padrão tecnológico e de produção industrial de massa.”<sup>76</sup>

Dados a constituição e generalização deste novo padrão de desenvolvimento, os princípios tayloristas de organização do trabalho, conhecidos como administração científica do trabalho <sup>77</sup>, desenvolvidos por Taylor no mesmo período do início da Segunda Revolução, são agora consolidados na indústria de produção de massa e transportados também para o setor de serviços.

A Escola de Regulação baseia-se na análise de um modelo de desenvolvimento que se apóia sobre o tripé: modelo de organização do trabalho, regime de acumulação e modo de regulação.<sup>78</sup> (Lipietz, 1991).

Trabalhando no que denomina de “estrutura conceitual mediadora”, isto é, nem em nível de abstração mais geral nem em análises empíricas, Lipietz aponta o fordismo <sup>79</sup> como forma representativa do capitalismo contemporâneo e sua crítica “incide sobre os limites, as características estruturais socialmente desiguais, o desperdício e, finalmente, sobre a destruição ambiental que essa forma produz, necessariamente, pelo modo em que ela *propõe* a natureza como *uma mercadoria (...)*” <sup>80</sup>

Lipietz (1991) percebe o problema como uma crise do modelo em geral, uma vez

76 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho...* p.27.

77 Sobre o taylorismo, ver Motta (1986), Motta (1991) e Braverman (1974).

78 Lipietz pertence à chamada Escola Francesa de Regulação, da qual também fazem parte M. Aglietta, R. Boyer, B. Coriat e J. Mistral. Segundo Francisco de Oliveira (no prefácio de “A Audácia...” de Lipietz), a Escola de Regulação busca atualizar o marxismo face às transformações ocorridas no capitalismo. Além do marxismo, o regulacionismo é fortemente influenciado pelo paradigma keynesiano, além de contribuições de conjuntura econômica adquiridas das experiências cotidianas. Seu modelo teórico tem despertado crescente interesse, bem como tem sido alvo de inúmeras críticas, dentre elas: superficialidade ao lidar com a dinâmica econômica capitalista, instrumentos pouco elaborados e referencial teórico muito genérico. Para aprofundamento do assunto, ver Possas (1988).

79 Os regulacionistas utilizam o termo fordismo em um sentido mais amplo do que o utilizado teoria de administração de empresas, para a qual significa um princípio geral de organização da produção. Para os regulacionistas, o conceito de fordismo aplica-se também ao nível social, designando um modo de desenvolvimento, um paradigma de produção, bem como um padrão de consumo. Aqui adotaremos o conceito no sentido atribuído por Lipietz. A respeito do conceito de fordismo clássico utilizado na teoria administrativa, ver o trabalho de WOOD, Thomas. “Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido” in: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.32, no 4, set./out. 1992.

80 LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel. 1991, p.9.

que o socialismo também utiliza a teoria de valor capitalista e é esta teoria que se encontra em questionamento.

Segundo Lipietz, o capitalismo impõe um *modelo de desenvolvimento* que se insere numa *visão de mundo* mais ampla, consolidando *O Grande Compromisso*. Estes objetivos e regras são aceitos por quase todo mundo. Como em todo paradigma, os interesses podem se opor (direita e esquerda), mas a visão de mundo, o modo e a maneira de ver não são questionados.

O modelo somente é questionado nos períodos de grandes crises. São, nas palavras de Lipietz, períodos de bifurcação da história, abertos às iniciativas transformadoras. Estes abalos não significam apenas crise econômica. Vão além. São crises de compromissos, de projetos, de hegemonia.

A Escola de Regulação faz uma *marcação* da história um pouco diferente para os mesmos fatos. Segundo esta escola, o capitalismo viveu dois grandes momentos de crise, que foram marcados pela inauguração do modelo fordista e do modelo liberal-produtivista.

Segundo esta escola, o modelo de desenvolvimento e a lógica dominante do pós-guerra foi o fordismo. Sua organização do trabalho consistia no acoplamento do taylorismo com a mecanização. O taylorismo representou - e representa, pois ainda está vivo - o movimento de racionalização da tarefa, separando *idealizadores* e *organizadores* da produção de um lado e os *executantes* de outro. Estes devem se empenhar numa performance técnica - melhores gestos - nada mais do que isto. (Lipietz, 1991).

O controle taylorista era barganhado com os sindicatos, em troca de participação nos ganhos de produtividade. Isto ocorria não por altruísmo, mas porque os capitalistas (de início, apenas alguns, como Ford e Keynes) descobriram que dar poder aquisitivo aos trabalhadores solucionaria uma crise de superprodução ocasionada pelos ganhos de produtividade da revolução taylorista. Foi preciso uma grande crise - a Grande Depressão - para que este princípio fosse colocado em prática.

O regime de acumulação fordista era definido por: produção de massa, com

separação entre idealizadores e executantes, com mecanização crescente; repartição regular do valor agregado e estabilidade da taxa de lucro, através do pleno emprego da capacidade produtiva. Além disto, o compromisso fordista eliminava possíveis crise de demanda, através do consumo de massa crescente. “Foi recebido pelo mundo inteiro no desfecho da guerra como o *american way of life*, um modelo produtivista e “hedonista”, isto é, fundado na busca da felicidade através do aumento das mercadorias consumidas por todos”.<sup>81</sup>

Lipietz salienta, porém, que as convenções coletivas e a previdência social não foram criadas com o objetivo de operacionalizar o fordismo. Foram conquistas operárias. O fordismo apenas foi possível (ou teria sido possível de outra forma) através da união deste avanço social e das mudanças na produção.

### ***A crise do padrão de desenvolvimento ou a crise do fordismo e a ascensão do liberal produtivismo***

Na interpretação de Lipietz, a crise do modelo fordista se deu quando os ganhos de produtividade começaram a definharem, mas os salários reais e o custo do capital fixo continuavam a subir. Com isto, os lucros caíram. O que estaria por trás destes problemas seria uma condição intrínseca ao modelo fordista de organização do trabalho, isto é, a “implicação paradoxal” do trabalhador no modelo: a negação da pessoa através da separação competentes/executantes, gerando uma revolta cada vez mais aberta. E aqui, percebe-se claramente o fordismo/ taylorismo como o inaugurador desta cisão que, conforme discutido na parte I, representa um dos fatores - talvez o principal - de alienação do indivíduo em relação ao seu trabalho.

Para Aglietta (1979), também da Escola de Regulação, o eixo da crise dos anos 60/70 foi a *organização do trabalho*. A contínua redução nas taxas de desemprego durante os

---

81 LIPIETZ, Alain. *Audácia*. p.32.

*anos dourados* e as condições de organização do trabalho fordista propiciariam a tendência dos trabalhadores romperem com a disciplina imposta pelo capital, quebrando e colocando em risco a estabilidade do modelo.

Outra interpretação para a crise parte da análise do *exército industrial de reserva*. Nos *anos dourados*, uma vez que a taxa de desemprego atingiu seus mais baixos níveis, os capitalistas tenderiam a perder o controle sobre os trabalhadores. Os movimentos grevistas tenderiam a reduzir as taxas de lucro, a confiança empresarial e sua disposição para investir. (Mandel, 1980 e 1983, citado por Mattoso, 1995).

Para Mattoso, contudo, embora seja impossível negar o peso do fator trabalho na crise dos anos 60/70, não é correto generalizar que esta tenha sido o desencadeador da crise a nível mundial. Ao contrário, embora isto tenha sido verdade especialmente para os países europeus, não o foi para os EUA e Japão, cujo crescimento dos salários da indústria só teriam se verificado mais tarde. Mattoso afirma que “tanto a expansão das lutas sindicais, quanto a maior elevação dos salários frente a uma produtividade que já crescia menos e seus eventuais efeitos sobre os lucros ou a taxa de mais-valia já teriam sido conseqüências de um processo de perda de dinamismo e de debilitamento dos fatores responsáveis pelo crescimento do pós-guerra”.<sup>82</sup>

Para Coutinho (1982), esta crise estrutural foi, na verdade, resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização representado pelo enfraquecimento da capacidade do progresso técnico, pela saturação dos mercados internacionalizados, pela crescente financeirização da riqueza e pelo enfraquecimento da hegemonia norte-americana.

Com a crise - e o desemprego - a disciplina foi reestabelecida. Contudo, a crise não foi solucionada. Ao contrário, gerou-se um círculo vicioso, pois o desemprego criava barreira à realização da produção - crise de demanda - diminuía os lucros e provocava mais desemprego.<sup>83</sup> Porém, no final do anos 60, diferentemente da década de 30, havia uma “rede de segurança” (auxílio-desemprego, auxílio-social etc) que impediu o total desmoronamento da demanda interna. Quando até mesmo o papel do Estado-providência foi questionado, o

---

82 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho...* p.51.

83 As causas do desemprego serão analisadas com mais detalhes no capítulo 4.

compromisso fordista estava totalmente em crise.

Contudo, a crise do modelo, segundo Lipietz, não pode ser vista como uma crise de demanda. A crise apresentou como uma crise do lado da oferta: a falência de um modo de organização que não era eficiente nem para o empregador.

Para enfrentar a crise, o fordismo alterna fases de políticas de apoio à demanda, agravando a crise da oferta e fase de restauração dos lucros, agravando a pressão dos mercados.

Da crise do fordismo, a Escola de Regulação afirma ter emergido um outro modo de regulação denominado modelo liberal-produtivista. Outros economistas que não pertençam a esta escola, vêem neste momento histórico características que indicam a crise do modelo inaugurado pela Segunda Revolução Industrial, sem que haja o mapeamento de um novo modelo.

### **A emergência do modelo liberal-produtivista**

O momento histórico ao qual Lipietz denomina de liberal-produtivismo é, na verdade, o momento de crise vivido pelo novo padrão de desenvolvimento inaugurado pela Segunda Revolução Industrial. Liberal-produtivismo é o nome do modelo que, conforme alguns teóricos, instalou-se “sobre as ruínas do fordismo em crise”. (Lipietz, 1991)

O liberal-produtivismo critica o papel do Estado-providência, uma vez que este estaria bloqueando o desenvolvimento de uma “revolução tecnológica”. O discurso é algo como: deixe que o próprio mercado aponte o caminho para um novo modelo compatível com as novas tecnologias. É a volta ao liberalismo do século XIX com uma diferença: aqui não se promete a felicidade coletiva através do enriquecimento individual. Não há ilusões. É a necessidade de acumulação que se impõe. A comunidade e a pátria são substituídas pela empresa ou mercado. Não se almeja o bem-estar coletivo, mas sim, a maximização dos

objetivos da empresa. E se não cabe mais ao Estado cuidar dos marginalizados do processo, a quem cabe? À sociedade civil, sob forma da antiga providência, que é a beneficência. (Lipietz, 1991).

Lipietz define o paradigma societal do liberal-productivismo como: ênfase no imperativo técnico-econômico produtivista, fragmentação da sociedade (a empresa é a pátria), variedade de formas de integração indivíduo/empresa e recuo geral das solidariedades do tipo administrativo, “devendo a sociedade civil (ou seja, a família) encarregar-se do que o Estado-providência não pode mais garantir.”<sup>84</sup> Para Lipietz, se este modelo apresenta uma estabilidade discutível, é, contudo, um modelo real.

Em sua análise, Lipietz afirma que um problema enfrentado pelo liberal-productivismo é a não resolução de um problema herdado pelo fordismo: a organização do trabalho. Ao contrário, este problema estaria se agravando, na medida em que estaria sendo aumentado o hiato existente entre o assalariado executante e a própria tarefa. Com o “relaxamento” dos vínculos institucionais e a empresa e os assalariados, o trabalhador ficaria menos envolvido na luta pela produtividade e pela qualidade.

“Mais grave ainda: os modos *liberais* de regulação da relação salarial, que privilegiam a *flexibilidade*, a precariedade do emprego, opõem uma barreira quase intransponível ao sentimento de envolvimento do trabalhador em relação ao aperfeiçoamento da organização do trabalho e da qualidade dos produtos ou dos serviços de *sua* empresa. *Trabalhadores envolvidos* devem sentir que seu interesse a longo prazo está ligado ao interesse de sua empresa. Chega-se ao mesmo ponto: são necessárias contrapartidas e um novo *grande compromisso*.”

Essa posição é discutível. Na verdade, diversos autores têm recentemente trabalhado com o conceito oposto ao de Lipietz: que formas alternativas de relação empregado/organização restabelecem a ligação entre o trabalhador e seu trabalho - e por conseguinte com o sentido do seu trabalho - na medida em que eles são responsáveis pela tarefa como um todo. Desta forma, existem indicativos de que é possível o estabelecimento do que Lipietz denomina de *o grande compromisso* - e que aqui está designado como *princípio de desempenho* - sem que haja vínculos empregatícios tradicionais. Estas questões serão discutidas no capítulo 7.

---

84 LIPIETZ, Alain. *Audácia...* p.60.

### ***A crise do liberal produtivismo ou a Terceira Revolução Industrial***

Para André Gorz (1989), o momento que vivemos não se caracteriza pela crise da modernidade, mas sim, pela necessidade de modernização dos pressupostos sobre os quais a modernidade está apoiada.

“A crise atual não é a crise da Razão, mas dos (crescentemente aparentes) motivos irracionais de racionalização, como os que têm sido perseguidos até agora. A crise atual não é um indicativo de que o processo de modernização criou um impasse e que deveríamos agora refazer o caminho. Antes de tudo indica a necessidade de modernização da própria modernidade, de incluí-la na sua própria esfera de ação: de racionalizar a própria racionalidade”.<sup>85</sup>

O que está em crise é o industrialismo, que se apóia nesta racionalização seletiva e parcial, cujo conteúdo, para Gorz, é quase religioso. O industrialismo acena para uma concepção de universo e de futuro que são, agora, insustentáveis.

O que se discute no debate econômico recente seria a identificação de certas características que indiquem o surgimento de uma Terceira Revolução Industrial. Na nomenclatura da Escola de Regulação este momento é definido como crise do modelo liberal-produtivista. Sob a ótica dos conceitos propostos por este estudo, o que se discute é o surgimento de um novo *princípio de desempenho*.

Para Mattoso (1995) no período em que vivemos, paralelamente às mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais da economia mundial capitalista, observa-se um movimento em direção à desordem e à mudança. “Com o colapso da velha ordem econômica internacional e das instituições que a regulavam, acentuou-se a concorrência internacional, debilitou-se a capacidade decisória dos Estados e intensificou-se a desregulamentação do capitalismo.”<sup>86</sup>

Pelo fato de sermos contemporâneos deste momento histórico, muitas vezes é difícil interpretar tais momentos com clareza.<sup>87</sup> Contudo, mesmo considerando tais dificuldades, o

85 Gorz, André. *Critique of economic reason...* p. 01.

86 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho...* p.15.

87 A esse respeito, Mattoso coloca: “A análise e interpretação em tempo real de transformações tão profundas como as experimentadas pelo capitalismo neste *fin de siècle* é sujeita a ser atropelada pelas

autor assinala que, nas últimas décadas do nosso século, surgiu um novo paradigma de produção industrial, que tem como um dos seus principais elementos a automação integrada flexível.

Esse novo paradigma vem sendo denominado como uma Terceira Revolução Industrial. É uma nomenclatura que ganha força, sendo defendido por diversos economistas e sociólogos, dentre eles: Mattoso (1995), Antunes (1995), Singer (1996), Rifkin (1995), Coutinho (1992) e Sachs (1996).

Sobre essa Terceira Revolução vale ressaltar alguns aspectos. Em primeiro lugar, como coloca Singer (1996), esta é uma revolução oposta à primeira e à segunda, no que se refere à questão do emprego. A Segunda Revolução foi marcada pela geração de novas formas de energia, pela criação de novos padrões de consumo e pelo incremento significativo de produtividade. Desta forma a Segunda Revolução foi positiva para o consumo, para a demanda efetiva e para o emprego.

Já a Terceira Revolução, conquanto também tenha gerado um aumento de produtividade considerável, *tem sido extremamente estéril no que se refere a novos bens e serviços de consumo*. Embora continue havendo expansão de consumo em cima de produtos criados na Segunda Revolução Industrial e recentemente aperfeiçoados - Singer trabalha com a premissa que as revoluções não são estanques, “enquanto uma revolução industrial começa, a anterior ainda prossegue na sua lógica”<sup>88</sup> -, não houve um incremento significativo no padrão de consumo ou no nível da demanda agregada.

Outro aspecto que merece ser ressaltado sobre a Terceira Revolução refere-se ao mundo do trabalho, que é obviamente atingido por todas essas mudanças. Isto pode ser observado através de dois movimentos: o surgimento de novas formas de organização da produção e de um trabalhador mais polivalente, participativo e qualificado e a ampliação de um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho nos países avançados: desemprego.

---

próprias mudanças. Não é somente a teoria que fica questionada pela extrema imobilidade das variáveis ou até mesmo pela própria ausência de *ceteris paribus*. Também a análise histórica corrente fica sujeita a que cada opinião seja uma especulação sobre o futuro, assim como um julgamento do passado.”

<sup>88</sup> SINGER, P. Globalização e Emprego. *Novos Estudos Cebrap*, nº 45, jul/96, p.133.

subemprego, fragilidade dos sindicatos, exclusão social etc. Este quadro, desencadeado pela crise do capitalismo, Mattoso denomina de *desordem do trabalho*. (Mattoso, 1995)

Sobre essas novas formas de organização da produção e sobre o delineamento do perfil no novo trabalhador, Coutinho (1992) apresenta algumas análises. O autor identifica sete tendências de inovação que vêm emergindo no cenário mundial nos últimos anos e que devem ganhar corpo ao longo dos anos 90. Estas tendências caracterizariam um Terceira Revolução Industrial. São elas: o peso crescente do complexo eletrônico, um novo paradigma de produção industrial, revolução nos processos de trabalho, transformação das estruturas e estratégias empresariais, novas bases de competitividade, globalização como aprofundamento da internacionalização e as alianças tecnológicas como forma de competição.

Coutinho (1992) afirma que a rápida difusão de formas de automação nos anos 80 preparou a economia para um salto mais abrangente e complexo: a emergência de sistemas integrados de automação flexível, que funde radicalmente a mecânica com a eletrônica digital. Tal fato indica o surgimento de um novo paradigma industrial, uma vez que a indústria de bens de capital e serviços sofrerá profunda reestruturação.

Esse novo paradigma industrial terá um impacto na organização dos processos de trabalho. À existente automação serão incorporadas características flexíveis e polivalentes, tornando a fábrica um organismo *inteligente*, capaz de aprender e de ajustar-se, além de possibilitar a customização dos produtos sem perda da economia de escala.

Uma organização assim constituída demanda a participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo e a compreensão global do processo produtivo. Os operários terão que possuir um nível de qualificação amplo e polivalente. E isto não significa apenas conhecimentos tangíveis, mas, segundo Coutinho (1992), *conhecimentos tácitos, não codificáveis e específicos de cada unidade fabril*.

Todos os impactos acima significam que os processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista em que a divisão banalizada, fragmentária e repetitiva de tarefas é levada ao limite físico, em direção a um processo (ainda transitório) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação

flexível.<sup>89</sup>

Coutinho afirma ainda: “De nada adiantará (e isto está demonstrado por vários estudos empíricos) introduzir novos processos e equipamentos se a força de trabalho, na produção, na gerência e na engenharia, não estiver preparada para desempenhar, com eficácia, esses novos papéis.”<sup>90</sup>

### ***A visão de Robert Kurz***

Para Kurz(1993), por trás da aparente vitória do modelo capitalista sobre o socialista, subsiste um colapso histórico representado pela existência de uma base comum ameaçada e em processo de obsolescência. Tanto o mercado quanto o Estado seguem, na sua opinião, uma lógica social básica mais profunda, identificada com uma *sociedade de trabalho*. Porém esta *sociedade de trabalho* “não denomina, de modo algum, um estado fundamental ontológico da humanidade”.<sup>91</sup> Ao contrário, a crise desta lógica deixa transparecer a limitação da sociedade de trabalho, que, enquanto categoria abstrata, não é um fenômeno supra-histórico, mas, sim, um fenômeno da modernidade.<sup>92</sup>

A crítica de Kurz é direcionada ao trabalho na modernidade. “Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação do valor de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade.”<sup>93</sup>

Dessa forma, toda a análise de Kurz sobre a questão da crise atual é feita sob a ótica da dualidade capitalismo/socialismo. Estes, na sua opinião, representam fases de

---

<sup>89</sup> COUTINHO, L. “A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança” in: *Economia e Sociedade*. Agosto de 1992, p. 75.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>91</sup> KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 1992. p.20.

<sup>92</sup> É preciso esclarecer que Kurz, ao afirmar que a sociedade de trabalho não é um fenômeno supra-histórico, está se referindo ao trabalho abstrato, que, na linguagem da economia política, significa o dispêndio de força de trabalho abstrato, não relacionado a conteúdo específico algum, ou seja, está se referindo ao trabalho como labor, no sentido desenvolvido na primeira parte deste estudo. Uma sociedade de trabalho, enquanto categoria concreta (no sentido de *trabalho* para Arendt), direta, associada ao valor de uso do trabalho, sempre existiu em todas as sociedades.

<sup>93</sup> *ibidem*, p.27.

desenvolvimento de uma mesma formação de época - o período moderno - baseados no sistema burguês produtor de mercadorias.

A originalidade das idéias de Kurz - especificamente na classificação da crise - tem suscitado grande interesse, admiração e debate nos meios acadêmicos e na mídia. Seus críticos são, contudo, ferozes.

Bresser(1993) coloca que Kurz não apresenta nenhuma razão objetiva para afirmar que a crise que vivemos seja uma crise do sistema produtor de mercadorias e não apenas mais uma crise cíclica do capitalismo. Diz ainda que não é possível - como o faz Kurz - acenar para um futuro de crescente desemprego, miséria e colapso do sistema enquanto a produtividade continuar crescendo aceleradamente. Na opinião de Kurz, ao contrário, estes problemas são justamente consequência desta crescente produtividade.

Bresser ainda acusa Kurz de romper diretamente com o método histórico, através da "violência generalizadora e reducionista" de separar todos os modos de produção já existentes em apenas duas categorias: o modo de produção não produtor de mercadorias (as economias não monetárias) e o modo produtor de mercadorias (monetarismo, modernidade, capitalismo). Com isto, Kurz consegue incluir o estatismo na categoria capitalismo, o que para Bresser, é uma violência teórica.

Para Giannotti (1993), Kurz demonstra uma arrogância desconcertante. Assim como Bresser, Giannotti afirma que "uma visão geral e panorâmica, ancorada exclusivamente na questão do fetiche da mercadoria, tece uma rede de tal forma grossa para pensar os novos fatos, que por ela acabam por atravessar todos os tubarões da experiência."<sup>94</sup>

Também Oliveira(1993) critica o dedutivismo da teoria de Kurz e afirma que mesmo a tese de desintegração da sociedade do trabalho não seria original, já tendo sido discutida anteriormente por Offe, Touraine, Gorz e Habermas.

Schwartz(1993) vem em defesa de Kurz, dizendo que seu argumento é dos mais inesperados e sua exposição apresenta verossimilhança; "(...) fica difícil não lhe reconhecer a

---

94 GIANNOTTI, José Arthur. "As diabruras metafísicas de Robert Kurz" in: *Novos Estudos Cebrap*, no36, julho/93, p.50.

independência intelectual e o engenho consideráveis".<sup>95</sup> Afirma também:

Ora, ao historizar a modernização, ao tomá-la como processo mundial efetivo, em vias de afinamento, e não como coleção de normas abstratas, o livro de Kurz desestabiliza este quadro de certezas, pacato e provinciano em última análise, para o qual o problema não está na marcha do mundo, que nos dispensamos de ponderar, mas apenas em nossa posição diferencial dentro dela.<sup>96</sup>

Neste capítulo foi apresentada uma análise do desenvolvimento econômico no mundo moderno (período industrial), bem como o delineamento de um conjunto de características que representariam uma grande crise do sistema. Como foi visto, tal crise assume a denominação de *crise do Grande Compromisso* ou de *visão de mundo* (para os regulacionistas), *desordem do trabalho* ou nascimento de um *novo paradigma industrial*.

Embora haja divergência sobre a amplitude desta crise - no caso, se ela coloca em xeque o sistema capitalista de produção - fica claro que o *mundo do trabalho* vem sendo profundamente alterado em função de tais mudanças. Como consequência, o *sentido do trabalho* também está no bojo desta transformação, já que a própria categoria trabalho - a *sociedade de trabalho*, conforme coloca Kurz (1993) - vem sendo questionada. Será discutido no capítulo 7 se esta crise pode significar um outro *princípio de desempenho*.

<sup>95</sup> SCHWARTZ, Roberto. "Ainda o livro de Kurz" in: *Novos Estudos Cebrap*, no 37, novembro/93, p.133.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.137.

## Cap. 4 - O desemprego

Este capítulo apresenta uma análise do desemprego, sobre o qual a questão hoje é saber se é um problema estrutural ou conjuntural da sociedade. De qualquer maneira, sendo estrutural ou não, o desemprego cria novas condições que vão gerar forte impacto no *mundo do trabalho*, como o medo, a insegurança de perder o emprego, a busca de maior competitividade e outros fatores agrupados por Mattoso (1995) sob o termo *insegurança do mundo do trabalho*, conforme foi apresentado no capítulo anterior. Este momento histórico, onde o desemprego assume proeminência, caracteriza outro *princípio de desempenho*?

### Os números

O desemprego vem sendo apontado como o problema da década. Mais do que um problema restrito aos países do Terceiro Mundo ou sub-desenvolvidos, o desemprego eleva-se à categoria de questão mundial, na medida em que atinge profundamente países desenvolvidos da Europa, além dos Estados Unidos e Japão.

Os números, embora não conciliáveis, são alarmantes. Segundo Rossi, em artigo publicado na Folha de São Paulo (1996), há hoje no mundo o equivalente a 13 “brasis” sem emprego ou vivendo do sub-emprego. Isto significa que o número de desempregados ou subempregados alcança 800 milhões de pessoas <sup>97</sup> (considerando que o Brasil possui uma força de trabalho estimada em 60 milhões de pessoas).

Essa mesma estimativa é apresentada por Rifkin (1996), com um agravante: a tendência é piorar. Ele afirma que, nos próximos 50 anos, observaremos uma alteração tão profunda no mercado de trabalho, que será impossível evitar altíssimas taxas de desemprego, a não ser que radicais mudanças políticas comecem a ser adotadas logo.

---

<sup>97</sup> O autor utiliza dados apresentados no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, pela Federação Internacional de empregados e Técnicos.

Segundo Sachs (1996,1), em artigo no jornal O Estado de São Paulo, há 120 milhões de desempregados e 700 milhões de pessoas vivendo precariamente de sub-empregos <sup>98</sup>, o que representa 30% da força de trabalho.

O problema para Sachs é que “a situação catastrófica no nível de emprego não poderia ser atribuída à ausência de crescimento econômico ou à crise financeira. O desemprego e o sub-emprego crônico coexistem com taxas de crescimento respeitáveis da economia mundial e com uma prosperidade sem precedentes dos mercados financeiros.”<sup>99</sup> Tal afirmativa nos remete à crise do modelo, discutida no capítulo anterior.

Para Antunes (1996), a situação é ainda pior: 50% da população economicamente ativa inglesa, francesa, alemã e norte-americana encontra-se no universo precário do sub-emprego ou está desempregada.

No Brasil, o desemprego no ano de 1995 foi estimado em 4,6% pelo IBGE e 8,9% pelo DIEESE. De 1988 a 1995, o desemprego cresceu 21% e 27%, segundo IBGE e DIEESE respectivamente. No período, o PIB cresceu 13,29%. (Conjuntura Econômica, 1995 e 1996).

Ainda segundo dados do IBGE, o emprego na indústria foi reduzido em 31% de 1988 a 1995. Foi um movimento violento entre 1990 e 1992, mas a partir de 1993, o emprego geral na indústria se estabilizou em um patamar 30% inferior ao de 1997.

Essa mão-de-obra foi, a grosso modo, absorvida pelo setor terciário. A reestruturação do mercado de trabalho vem sendo acompanhada pela deterioração das condições de trabalho, representada pela terceirização e *informalização* do emprego. (Conjuntura Econômica, 1995; Soares & Pero, 1995) Segundo o Ministério do Trabalho, de 1988 a 1995 praticamente não houve aumento dos empregos formais no país (empregos devidamente registrados), sendo que a população economicamente ativa urbana cresceu 2% ao ano no período.

---

98 Sachs utiliza dados da Reunião de Cúpula Social na ONU, ocorrida em março de 1995.

99 *Estado de São Paulo*, O. Trabalho procura emprego no fim do milênio. Caderno Especial, 14 de Janeiro de 1996, p.4.

### **Explicações macroeconômicas do desemprego**

Antes de passarmos para uma análise do desemprego dos anos 90, buscaremos algumas teorias macroeconômicas do desemprego. Embora no capítulo anterior tenhamos privilegiado uma visão de crise conforme a Escola Francesa de Regulação, neste capítulo serão apresentadas explicações para o desemprego conforme algumas linhas da teoria econômica. Existem, como ressalta Amadeo (1992), “imensas dificuldades na comparação entre diferentes tipos de desemprego, principalmente porque suas análises partem de sistemas teóricos e, portanto, pressupostos diferentes”<sup>100</sup>. Iremos, portanto, identificar as bases teóricas de cada um deles.

A teoria econômica trabalha com a noção implícita de que o trabalho gera desprazer.<sup>101</sup> Assim, o trabalhador se vê diante da escolha entre dois bens opostos: o lazer e os bens que pode comprar com seu salário. Existe, portanto, um nível de salário que faz o trabalhador abrir mão do lazer. Se ele tiver que se privar de muitas horas de lazer, seu salário deverá ser proporcional a esta privação. (Amadeo, 1992)<sup>102</sup>

Na prática, uma versão alternativa da economia (que inclui keynesianos e marxistas), indica que a oferta de trabalho é relativamente inelástica ou apenas tenuamente relacionada com o salário real. Isto quer dizer que as pessoas não deixam de trabalhar porque os salários reais estão baixos, até porque elas não podem: “trabalhadores e suas famílias precisam comer e qualquer salário é melhor do que nenhum”<sup>103</sup>. Isto ocorreria num modelo clássico conceitual - que não é real - no qual não existisse o *exército industrial de reserva*<sup>104</sup>.

Para a Escola Clássica, o desemprego ocorre quando o nível de salário real está

100 AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências sobre a experiência recente na OECD” in: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 46(4), out/dez, 1992.

101 Embora, obviamente os economistas saibam que não é necessariamente verdade que o trabalho gere desprazer, o modelo econômico, ao elaborar suas curvas de oferta e demanda de trabalho e analisar seus movimentos, trabalha com esta premissa.

102 Toda a discussão conceitual desta parte do trabalho está baseada na obra já citada de Edward Amadeo.

103 MARGLIN, S. *Growth, distribution and prices*. Cambridge: Harvard University Press, 1984 citado por AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências sobre a experiência recente na OECD” in: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 46(4), out/dez, 1992.

104 Termo marxista que indica as pessoas desempregadas das quais a economia pode lançar mão para substituição dos atuais empregados.

excessivamente alto, dado o estoque de capital e tecnologia. Segundo Amadeo, “grande parte das interpretações sobre a nova onda de desemprego nos anos 80 aponta como principal responsável pelo fenômeno o fato dos salários reais estarem demasiadamente elevados (...) Um resultado é praticamente concensual: o desemprego é menor nos países em que houve moderação salarial *via-à-vis* o movimento de produtividade do trabalho”.<sup>105</sup>

Para a teoria kaleckiana <sup>106</sup> acontece o inverso, ou seja, o fato dos salários estarem baixos pode representar uma barreira para o crescimento do emprego. O aumento dos salários provocaria uma elevação do nível de demanda agregada, o que, por sua vez, geraria empregos.

O problema é que uma elevação excessiva dos salários diminuiria o lucro das empresas e elas não seriam capazes de vender toda a sua produção ao preço corrente. Desta forma, o salário de equilíbrio, ou seja, aquele salário que equilibraria o mercado de bens (a firma maximiza seus lucros e os bens produzidos são vendidos) implica na existência de desempregados. Assim, Amadeo conclui que “uma situação de desemprego clássico não é incompatível com a presença de desemprego do tipo kaleckiano. Sendo assim, nada garante que uma redução do salário real em si seja capaz de reduzir o desemprego: pode simplesmente substituir desemprego clássico por desemprego kaleckiano e vice-versa.”<sup>107</sup> Noutras palavras, é consistente pensar na coexistência dos dois tipos de desemprego. A tentativa de solucionar um tipo de desemprego pode gerar o agravamento das condições que levam ao segundo tipo.

O desemprego keynesiano pode ser compreendido como uma variante do desemprego kaleckiano, sendo que a demanda agregada é independente do salário real. Isto significa que o importante é a relação entre o dispêndio nominal e o salário nominal (o quanto a pessoa realmente gasta e aquece a economia). O salário real seria apenas uma resultante das variáveis salário nominal e preços.

---

105 AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências ... p.265.

106 Michal Kalecki foi um economista polonês (1899-1970) que, ao mesmo tempo e independentemente de Keynes, elaborou uma teoria crítica à Escola Clássica. Desenvolveu uma teoria da dinâmica capitalista e de seus ciclos, tornando-se um dos mais importantes teóricos da economia moderna.

107 AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências ... p.269.

Para Keynes, a rigidez dos salários nominais é a causa do desemprego. Se se pudesse reduzir os salários nominais, isto acionaria um crescimento do nível de emprego. Contudo, segundo Amadeo, “Keynes chamou atenção para o fato de que, em princípio, não é possível prever o efeito líquido de reduções no salário nominal sobre o nível de emprego devido à ambigüidade dos efeitos sobre os determinantes da demanda agregada”<sup>108</sup>, ou seja, tal fato poderia gerar processos de ajustes tortuosos e socialmente indesejáveis.

A persistência do desemprego estaria para Amadeo relacionada a um outro fator: ao conflito de interesse entre os *insiders* e os *outsiders*. “Como os salários são negociados pelos trabalhadores empregados, é razoável supor que buscarão garantir o salário máximo compatível com o mesmo nível de emprego que no período anterior, perpetuando assim a taxa de desemprego. Esse fenômeno tende a ser mais freqüente em economias em que o processo de barganha salarial é descentralizado e onde, portanto, a clivagem entre *insiders* e *outsiders* é mais marcada. Onde a barganha é centralizada, a central sindical tende a representar o total da força de trabalho, o que elimina praticamente a clivagem entre empregados e desempregados.”<sup>109</sup>

Para Amadeo, os países que mantiveram altas taxas de emprego ao longo da crise recente foram aqueles em que havia um compromisso institucionalizado com a manutenção do pleno emprego.

Embora haja diferenças fundamentais na concepção de suas causas - e, conseqüentemente, na atribuição de responsabilidades e possíveis soluções - de qualquer maneira, o desemprego, como fato publicamente conhecido e que altera a economia psíquica das pessoas, obrigando-as a reformular-se a a desenvolver mecanismos compensatórios, afeta de forma profunda o *mundo do trabalho*, tornando-se uma variável significativa na questão da existência ou não de um novo *princípio do desempenho*.

---

108 AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências ... p.505.

109 AMADEO, Edward J. “Desemprego: teorias e evidências ...p.506.

### ***Tecnologia: grande vilã***

“Na lógica da atual organização societária, o desemprego tecnológico é uma consequência inevitável. O sistema produtor de mercadorias, movido pela finalidade de criar valores de troca, tem um intrínseco caráter destrutivo: elimina força humana de trabalho, destrói a natureza e coisifica e fetichiza o universo do trabalho, da cultura e dos valores”<sup>110</sup>

Antunes (1996), bem como diversos outros sociólogos e economistas vêem o avanço tecnológico do fim de século como o grande causador do desemprego a nível mundial. Giannotti, em artigo na Folha de São Paulo, é ainda mais enfático: “tudo parece indicar que o desenvolvimento tecnológico ganhou tal independência que o feitiço virou contra o feiticeiro. Para que esta alienação fosse suprimida seria preciso que a humanidade como um todo mudasse radicalmente seu modo de vida.”<sup>111</sup>

Prado (1996) e Pochmann (1996), ao contrário, não consideram correta uma determinação mecânica entre a adoção de inovações técnicas e organizacionais e a queda generalizada na geração de empregos. “Se é verdade que a difusão de um novo paradigma tecnológico provoca desemprego setorial, mudando a composição e a qualidade dos empregos, não é necessariamente verdade que esse desemprego se difunde por todo o mercado de trabalho a partir de sua adoção.”<sup>112</sup> Para Prado, alguns países, como o Japão, conseguiram contornar este problema através de bem-sucedidas políticas de planejamento econômico e industrial e do aumento de sua participação no mercado internacional.

Existem aqueles que são enfáticos em negar a relação causal entre avanço tecnológico e desemprego. Coutrot, economista francês, citado pela Folha de São Paulo (1996), opõe-se frontalmente à idéia de que o desemprego seja uma consequência das inovações tecnológicas. A raiz do problema estaria na reestruturação das economias e empresas, provocada pelo mercado mundial desregulamentado. Blanchard, também citado

---

110 ANTUNES, Ricardo. “*Contra a lógica da produção destrutiva*”. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 3 de março de 1996, p.13.

111 *Folha de São Paulo*. A mancha do capitalismo, 3 de março de 1996.

112 PRADO, Antonio. “Exclusão coloca em risco a democracia”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. 3 de março de 1996, p. 13.

pela Folha de São Paulo (1996) economista do MIT, endossa a opinião de Coutrot. Cruzando dados de desemprego e avanço tecnológico dos últimos cem anos, ele conclui que o desemprego pode subir um pouco num ano em que o progresso tecnológico foi muito rápido, mas que este efeito dura pouco - em média dois ou três anos. Segundo Blanchard, novos empregos estariam sempre sendo criados no setor de serviços.

Políticas liberais, tais como o enfraquecimento ou a ausência de mecanismos institucionais para a distribuição dos ganhos de produtividade e para a defesa do desemprego, realimentariam, segundo Prado (1996), o ciclo do desemprego. Como consequência, fatores como facilidades para dispensa imotivada, manutenção de jornadas elevadas e uso excessivo de horas-extras, diminuiriam a capacidade de absorção de mão-de-obra.

Outro fator indicado como causador de desemprego é a globalização. Para Singer (1996), tal fato é indiscutível, na medida em que a globalização reestrutura a economia dos países, que passam a se inserir no mercado internacional do trabalho de outra forma.

• Segundo Sachs (1996,1), um dos problemas observados é que o desemprego é tratado no debate econômico atual como resultante de decisões macroeconômicas e não como ponto de partida para a formulação de estratégias de desenvolvimento.

A tecnologia possui também outra face: a reestruturação organizacional - ou, na sua *fase* mais recente, a reengenharia - que, na maioria dos casos, significa enxugamento e demissão. A máquina não apenas substitui determinadas atividades humanas, mas também otimiza e facilita o gerenciamento destas mesmas atividades. Desta forma, não apenas atividades típicas do operariado estão em declínio, como também estão as atividades gerenciais. Segundo Hammer (1993), citado por Rifkin (1995), até 80% das pessoas envolvidas em funções gerenciais intermediárias são passíveis de demissão.

A tecnologia, da mesma forma que o desemprego, muda os valores, os significados, os custos psicológicos e sociais do trabalho e contribui para a diferenciação no *princípio do desempenho*.

### **No Brasil**

O problema do desemprego tem impactos diferenciados nos países subdesenvolvidos, devido a fatores locais. No Brasil (como na Argentina e México), o avanço tecnológico vem acarretando uma queda acentuada no desemprego industrial e em alguns segmentos do setor de serviços. "(...) a combinação de liberalização comercial com rápida queda das tarifas aduaneiras, a sobrevalorização cambial utilizada para sustentar políticas de estabilização e a ausência de políticas industriais têm se revelado explosivos e fatores de criação de novas formas de desemprego que se agregam às previamente existentes, aprofundando a exclusão social."<sup>113</sup>

No quadro brasileiro, para Cacciamali (1996), ao desemprego tecnológico somam-se a pobreza e o subemprego crônicos de grupos sociais historicamente excluídos. Tal fato tem como consequência maiores índices de informalidade e de desobediência civil, de violência, de desperdício, de degradação urbana e ambiental e de processos de desagregação social. Contudo, Cacciamali crê que esta situação é reversível e que cabe ao Estado assumir o papel de organizador da mudança.

Para Mattoso (1996), a ampliação do desemprego e a precarização das condições de trabalho no Brasil tem como pano de fundo a forma passiva de inserção da economia nacional, a desregulação (a qual favoreceu uma reestruturação produtiva predatória) e as políticas macroeconômicas ancoradas na sobrevalorização da moeda e em juros elevados.

De fato, poucas empresas no Brasil têm escapado da onda de enxugamento iniciada nos anos 80 e intensificada nos anos 90. Segundo Caldas (1995), a abertura econômica e o modelo de desenvolvimento proposto pelos governos Collor, Itamar Fraco e Cardoso fizeram com que as empresas nacionais partissem em busca da competitividade global, especialmente

---

113 PRADO, Antonio. "Exclusão ... p. 13.

através de cortes de pessoal.<sup>114</sup>

### ***O que fazer com o desemprego?***

Para Antunes (1996) é preciso não ter ilusões. O desemprego estrutural é consequência do modelo de desenvolvimento, havendo um processo de *seleção natural* entre os *bons e qualificados* e os *não-qualificados*. Afirma ainda que a sociedade deveria estar voltada para a produção de valores de uso socialmente necessários e não para a produção de valores de troca para um mercado segmentado e excludente.

Sachs (1996,2) crê que o problema só poderá ser corrigido, ou melhor, administrado, se o Estado assumir sua função essencial de regulador de mercados. “É preciso criar redes de segurança para os excluídos e tratar socialmente dos problemas de desemprego e subemprego.”<sup>115</sup> Também Mattoso (1996) afirma que para combater à *praga do desemprego* é preciso estabelecer novos mecanismos nacionais e internacionais de regulação social da economia e do Estado contemporâneos, além de reduzir drasticamente a jornada de trabalho.

---

114 Para maior aprofundamento, ver o trabalho de Caldas (1995), onde o autor apresenta uma análise significativa da dimensão das demissões coletivas no Brasil, através de um mapeamento nos principais veículos da imprensa empresarial de 1991 a 1994.

115 SACHS, Ignacy. “Apartheid social ameaça força de trabalho. *O Estado de São Paulo*. Caderno especial, 14 de janeiro de 1996, p. D4.

## Cap. 5- A questão do lazer

*Quando eu estava crescendo, costumávamos ler previsões de que no ano 2000 todo mundo teria de trabalhar somente 30 horas por semana e que o restante do tempo seria destinado ao lazer. Mas, à medida que nos aproximamos do ano 2000, parece mais provável que metade de nós trabalhará sessenta horas por semana e o restante ficará desempregado. Como as legendas dos jogos de figuras das revistas infantis costumavam perguntar, "O que está errado com este quadro?"<sup>116</sup>*

O lazer já mereceu definições de importantes teóricos da nossa civilização. "Para Marx, o lazer é o espaço que possibilita o desenvolvimento humano; para Proudhon, é o tempo que permite as composições livres; para Augusto Comte é a possibilidade de desenvolver a astronomia popular; Engels, por sua vez, pede a diminuição das horas de trabalho a fim de que todos tivessem tempo suficiente para participar dos negócios gerais da sociedade.<sup>117</sup>

O tema de uma *sociedade voltada para o lazer* encontra duas linhas bastante distintas de pensamento. Uma delas analisa a maior disponibilidade de tempo proporcionada pelo avanço tecnológico e anuncia uma nova fase para a humanidade, onde esta esfera da vida será ampliada e onde a racionalidade econômica não mais será dominante. Uma segunda linha de pensamento trabalha com a hipótese de que estaria havendo um deslocamento de atividades econômicas do setor de produção para o setor de lazer, ou seja, estaríamos vivendo um período de mercantilização do lazer. Em ambos os casos, estas mudanças alteram profundamente os valores sobre os quais é calcado o mundo do trabalho. Tal alteração irá, conseqüentemente afetar o padrão de mediação indivíduo/sociedade, ou seja, irá afetar o *princípio de desempenho*.

### **O novo espaço-tempo: o lazer**

A humanidade terá tempo de sobra nos próximos anos, é o que afirma Aznar (1995). Uma vez que a vida não será mais organizada em torno do valor central do trabalho,

<sup>116</sup> BRIDGES, Willian. *Um Mundo sem Empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995, p. XIII.

<sup>117</sup> NAJBERG, Estela. *Lazer e Teoria Organizacional*. Dissertação de Mestrado apresentada à FGV, São Paulo, mimeo. 1996, p.6.

perderemos referências atuais como: tempo de trabalho, tempo de lazer do trabalho, tempo de aposentadoria etc.

Esse novo período livre possui três características básicas: não é um tempo forçado, mas sim, desejado; não é um *tempo-tampão*, ou seja, uma sobra, parêntese ou reflexo de outro tempo e não é vazio, mas aberto e diferente. Aznar, numa interpretação bastante otimista, afirma que este tempo de liberdade representa o espaço para o homem exprimir sua identidade, sua vontade e sua imaginação. Não é um tempo para perder, passar ou gastar, mas, sim, um tempo para ganhar.

Também é um tempo de trabalhar, mas de uma forma que Aznar denomina de trabalho *reinventado*, cuja característica é ser um trabalho *envolvido* (em contraposição ao trabalho não envolvido). Conforme Aznar envolvido (*impliqué*), na origem significa *meter-se nas dobras de* e significa fazer parte do objeto, ter uma parte de si inclusa no objeto, a ponto do objeto poder carregar sua marca.

Existe uma certa conotação de leveza neste novo trabalho. É quase como se o ato de trabalhar estivesse se aproximando do ato de brincar.

Alves (1987) faz uma interessante análise sobre o que constitui o jogo ou a brincadeira para as crianças. Segundo este autor, brincar é uma atividade não-produtiva e que, apesar de não produzir objetos, proporciona prazer. Utiliza também uma distinção de Santo Agostinho *entre coisas que são para serem usadas e coisas que são para serem desfrutadas*. O uso implica em meio ou instrumento para se atingir outras coisas e o *desfrute* implica em algo que é um fim em si mesmo.

Assim, a ampliação deste novo espaço-tempo do lazer conteria mais elementos vinculados ao desfrute do que nas sociedades industriais. Não que o trabalho irá perder sua característica de ser instrumento e de produzir coisas concretas, mas a tendência, segundo Aznar é de que esta não seria mais sua característica mais significativa.

Pesquisas indicam que as pessoas já estão incorporando culturalmente essas transformações. Rifkin (1995), amparado em pesquisas e fatos divulgados pela imprensa, afirma que americanos trocariam parte de seu salário por mais tempo livre, que seria

dedicado às suas famílias e às suas necessidades pessoais.

O fato é que esse movimento aparece muitas vezes na literatura administrativa como uma variável independente do processo - "*as pessoas estão buscando, as pessoas estão mudando, a humanidade não mais deseja*" etc. Contudo é indiscutível que tal independência situa-se apenas na superfície da questão. Não é possível isolar tais mudanças culturais das recentes limitações econômicas.

Com milhões de americanos enfrentando a perspectiva de trabalhar cada vez menos horas no setor do mercado formal nos próximos anos e com números crescentes de americanos não qualificados que não conseguem encontrar qualquer trabalho na economia global de alta tecnologia, a questão da utilização do tempo ocioso vai avolumar-se sobre o cenário político. A transição de uma sociedade baseada no emprego em massa no setor privado para uma não baseada nos critérios de mercado para a organização da vida social exigirá uma reformulação da atual visão de mundo.<sup>118</sup>

Cacciamali (1996) afirma que temas como a realocação do trabalho produtivo, a diminuição do número de horas trabalhadas, elevação da qualidade dos sistemas educacionais, o aperfeiçoamento dos sistemas de transferência social e o crescimento de atividades não lucrativas e com alcance comunitário fazem hoje parte da configuração política da maior parte dos países industrializados, com maior ou menor aderência, caso a caso.

### ***A mercantilização do lazer***

Gorz (1989) é um representante da linha de teóricos que crêem que o lazer está se transformando num mercado não somente lucrativo, mas capaz de abrir novas possibilidades ao modelo econômico. Sua posição não é de concordância, mas de observador e intérprete do que ele julga uma realidade e não mais um futuro.

Gorz afirma que as pessoas que perderam seus empregos através do emprego da tecnologia vêm sendo pagas para desempenhar atividades que antes não eram pagas, nem consideradas como parte da economia. Tal fato incluiria a criação de novos empregos em

---

<sup>118</sup> RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books. 1995, p. 259.

toda a economia, especialmente em atividades voltadas para o lazer.

Um aspecto interessante levantado por Gorz é que o avanço tecnológico, além de liberar a sociedade das atividades vinculadas à economia formal, ou seja as atividades pagas, também libera as atividades relacionadas à *esfera de reprodução*, como as atividades domésticas - através do crescimento de atividades como compras por telefone, comidas pré-fabricadas - e serviços como os de limpeza, educação, alimentação etc. São exatamente as atividades consideradas por Hannah Arendt como *labor*, anteriormente exercidas por servos ou escravos, em sociedades pré-capitalistas <sup>119</sup>.

Desta forma, paralelamente à liberação de tempo dentro das organizações, o avanço tecnológico também gera uma economia de tempo que é estendida por toda a sociedade, inclusive para tarefas não consideradas anteriormente como trabalho, como as domésticas e as relacionadas ao lazer. A consequência de tais avanços, contudo, não é a criação de trabalho, mas sua economia.

Assim, essa liberação de grande quantidade de tempo livre, na opinião de Gorz, nos impõe a questão do sentido e conteúdo do tempo livre, ou melhor, a questão da natureza de uma civilização e sociedade em que o tempo livre é maior do que o tempo gasto com o trabalho - em termos globais - e contraditoriamente, a racionalidade econômica é que termina por governar o tempo das pessoas, incluindo trabalho e prazer.

Para Gorz, isto é contraditório, uma vez que a racionalidade que governa as atividades de lazer é oposta à racionalidade econômica : o objetivo é gastar o tempo livre e não criá-lo - como o faz a economia através do aumento de produtividade. É um tempo de férias, extravagância, atividades sem consequência, cujo fim reside em si mesmo. Não é um tempo de utilidade ou onde a racionalidade econômica - eficiência, produtividade, desempenho - são aplicáveis.

Guerreiro Ramos (1989), corrobora o posicionamento de Gorz, pois ao analisar tal contradição, entende que na sociedade de mercado a noção de lazer foi degradada, uma vez

---

<sup>119</sup> As atividades vinculadas à esfera da reprodução estavam, no período anterior ao capitalismo, restritas à esfera doméstica, sendo exercidas por mulheres e escravos. A política, em contrapartida, era exercida na esfera pública.

que se tornou sinônimo de ociosidade, passatempo e diversão, perdendo o caráter que teve anteriormente como uma condição apropriada e necessária para a realização humana.

Muitas são as abordagens *funcionalistas* do lazer. Alguns teóricos consideram o lazer um instrumento de promoção da paz social e manutenção da ordem. Outra corrente, dentre os funcionalistas, assumem uma postura *moralista*, justificada pelo caráter de ambigüidade do lazer. A abordagem *compensatória* considera o lazer como o locus de realização pessoal, compensando a insatisfação e alienação do trabalho mecânico e fragmentado. Ainda a abordagem *utilitarista* reduz o lazer a uma função de recuperação da força de trabalho.<sup>120</sup>

No entanto, Gorz defende a idéia de que o lazer não será igualmente distribuído e aponta para dualidade econômica da nossa sociedade, fruto de uma desigual distribuição das economias de horas de trabalho: de um lado há uma imensa e crescente faixa da população que vem sendo e continuará sendo expulsa e marginalizada da esfera da atividade econômica e de outro lado, um estreito segmento que continuará trabalhando muito, ou até mais, recebendo como resultado do seu desempenho e atitude, uma renda cada vez maior e maior poder econômico.

Os membros destas *elite profissional*, não desejosos de abrir mão de seu trabalho, suas prerrogativas e seu poder, irá aumentar seu tempo livre através da terceirização - contratação - da aquisição deste tempo livre para elas, seja diretamente com as pessoas ou através de pequenas empresas que fornecerão este serviço. Contratarão pessoas para irem às suas casas, desempenhar tarefas que todos são capazes de fazer, especialmente as atividades relacionadas à *reprodução* (labor). Eles também adotarão o desenvolvimento em toda a sociedade de atividades sobre as quais não atua a racionalidade econômica, ou seja, as pessoas contratadas gastarão mais tempo para desempenhá-las do que os membros da elite economizarão com sua contratação. Obviamente, esta situação serve aos interesses desta elite, que consegue comprar o tempo livre das pessoas mais barato do que seu próprio tempo. [De certa forma, é uma generalização para o resto do mundo de relações trabalhistas há muito conhecidas nos

---

<sup>120</sup> Para aprofundamento do tema lazer, ver o trabalho de NAJBERG, Estela. *Lazer e Teoria Organizacional*. Dissertação de Mestrado apresentada à FGV, São Paulo, mimeo. 1996.

países de terceiro mundo, como o Brasil.] Segundo Gorz, não importando o status das pessoas que desempenhem estas atividades ou o método de pagamento usado, este tipo de relação nada mais é do que uma relação de servo e senhor. Características destas relações de trabalho são a insegurança e a baixa remuneração.

A diferença desta classe servil para as classes servis de outros momentos históricos é que hoje estes serviços sociais são, na sua maior parte, socializados ou industrializados: a maioria dos “servos” são contratados por uma empresa de serviços, que paga pelo seu trabalho. “ Isto não altera o fato básico de que estas pessoas estão executando um trabalho servil, um trabalho que aqueles que ganham a vida decentemente [elite profissional] transferem, para seu benefício pessoal e sem ganho de produtividade, para as pessoas que não têm trabalho na economia.”<sup>121</sup>

De certa forma, Gorz coloca a mesma questão levantada por Lipietz. Ocorre que este último interpreta esta realidade como uma possibilidade “positiva” para a economia. O mesmo não ocorre para Gorz, que define este novo segmento da economia oriundo do avanço tecnológico através das seguintes características: não cria valor; não destrói o sentido das atividades espontâneas e livres e das relações e não serve a propósito algum.

Rifkin (1995), em sua análise, deixa essa resposta em aberto.

A nova revolução da alta tecnologia poderia significar menos horas de trabalho e maiores benefícios para milhões. Pela primeira vez na história moderna, grandes quantidades de seres humanos poderiam ser libertados de longas horas de trabalho no mercado de trabalho formal e serem livres para se dedicarem a atividades de lazer. Entretanto, as mesmas forças tecnológicas poderiam levar facilmente ao crescente desemprego e a uma depressão global. Se é um futuro utópico ou não que nos aguarda, depende muito de como os ganhos de produtividade na Era da Informação serão distribuídos. Uma distribuição justa e igualitária dos ganhos de produtividade exigiria a redução da semana de trabalho em todo o mundo e um esforço concentrado por parte dos governos centrais para proporcionar emprego alternativo no terceiro setor - a economia social - para aqueles cujo trabalho não fosse mais necessário no mercado de trabalho formal.<sup>122</sup>

<sup>121</sup> GORZ, André. *Critique of economic reason...*, p.127

<sup>122</sup> RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos...* p. 14.

O *princípio de desempenho* do período moderno tem o trabalho como seu principal valor. Conforme foi apresentado, a idéia de uma sociedade que tenha tempo livre e, por este motivo, possa ter o lazer como um dos seus valores centrais (no período moderno, ao contrário, o lazer sempre teve uma conotação de *ócio*, como foi apresentado na parte I deste estudo), deflagra a possibilidade de uma crise neste princípio. Isto ocorre porque um sociedade de lazer altera não somente a *forma de organização do trabalho*, mas também seu *conteúdo*.

Cap. 6 - “*O trabalho acabou*”

Recentemente diversos autores tem publicado artigos e livros nos quais elaboram sobre o fim do trabalho. Muitas vezes, conforme será apresentado a seguir, o que está em discussão é o fim do emprego, no inglês, *job*, e não do trabalho, *work*.<sup>123</sup>

Para Aznar (1995), “o trabalho acabou”, no sentido de que o trabalho, como o conhecemos, em tempo integral, para sempre e para todos, em vigor no período de 1850 a 1975 não mais existe.

Bridges (1995) prevê que o mundo encontra-se à beira de um enorme salto de criatividade e produtividade, mas que o *emprego* não fará parte desta realidade. Para o autor, é preciso entender que sempre haverá muito trabalho a ser feito, mas que, no futuro, o trabalho não estará mais contido no invólucro do que chamamos emprego.

A idéia de que uma sociedade possa não ter o trabalho como valor mais importante é algo extremamente difícil de aceitar para a maior parte das pessoas. Isto porque o trabalho é um valor central da nossa sociedade, conforme foi desenvolvido na parte I deste estudo. (tanto nas economias capitalistas, como nas socialistas, como diria Kurz).

Alguns autores têm elaborado sobre a questão do caráter quase religioso atribuído ao trabalho na nossa história recente - pós Revolução Industrial. Kurz (1993), já citado, é um deles. Também Aznar (1995) afirma que “os tabus que envolvem o trabalho são tão poderosos quanto os dogmas religiosos e a resistência à mudança tão forte como uma velha neurose gravada há decênios no inconsciente.”<sup>124</sup>

Este não é um tema recente. Lafargue (1980) já questionava a *estranha loucura* que dominava a classe operária capitalista: “o amor ao trabalho, a loucura desvairada de trabalho que culmina no esgotamento dos indivíduos e seus descendentes”.<sup>125</sup>

Como foi visto no capítulo 1, esta *idolatria* pelo trabalho tem início no período

123 O fim do trabalho - work - também é tema de discussão deste trabalho.

124 AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Editora Página Aberta. 1995, p.18.

125 LAFARGUE, P. *O Direito à Preguiça*. São Paulo: Kairós, 1980.

moderno, com a ascensão do labor à categoria trabalho, fundamentada especialmente na ideologia protestante. (Arendt, 1991; Guerreiro Ramos, 1949).

Conforme Offe (1989) este tipo de crítica poderia ser efetivamente eliminada em períodos em que o desenvolvimento econômico vivesse períodos de ascensão. Com a diferente condição econômica experimentada a partir do anos 70, “essa crítica adquire uma atualidade e explosividade que dificilmente podem ser expressas através da expressão neutralizante *mudança de valores*. (...) a diminuição do consumismo e o aumento das atitudes pós-consumistas com relação ao trabalho dentro de segmentos da classe operária não parece expressar uma mudança de valores meramente acidental que será revertida pelo próximo *boom* econômico.”<sup>126</sup>

Para Offe (1989) a alteração dos valores em relação ao trabalho agrava os problemas do mercado de trabalho. Ora, por quê? Uma menor valorização do trabalho não proporcionaria um alívio num mercado em crise de demanda? Não, afirma Offe. Isto não afetaria a oferta do trabalho, uma vez que as necessidades de reprodução da força de trabalho independem do mercado,<sup>127</sup> estando relacionadas à garantia dos recursos econômicos, políticos e culturais necessários. Porém, a alteração dos valores em relação ao trabalho desagregaria os *fundamentos culturais* e a *aceitação do mercado de trabalho como o padrão dominante de alocação da força de trabalho*. É o que será discutido a seguir.

### ***O mercado de trabalho como padrão dominante de alocação da força de trabalho***

O mercado de trabalho, entendido aqui como o *ethos* de realização do trabalho sob a ótica da racionalidade econômica e da ideologia protestante<sup>128</sup>, tem se mostrado inadequado

126 OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 84.

127 A esse respeito, veja explicação sobre a inelasticidade da oferta de trabalho no item Explicações macroeconômicas do desemprego.

128 Intencionalmente, utilizo aqui o termo mercado de trabalho e não sociedade de trabalho, conforme Robert Kurz utiliza. O objetivo é analisar neste momento especificamente a questão de oferta e demanda de trabalho - e daí, portanto, o termo mercado - e não a sociedade como um todo que tem

para resolver o problema da produção e da distribuição. Para Offe (1989), tal fato não implica em triunfo, porque, na verdade, “não há perspectiva de uma lógica alternativa de utilização e manutenção da força de trabalho (com a qual a teoria marxista da crise implicitamente sempre contou); ao contrário, predomina algo mais semelhante a um desamparo estrutural.”<sup>129</sup>

Offe (1989) trabalha com a hipótese de que no futuro a *dimensão da liberdade de escolha* não será garantida no mercado de trabalho, mas representará uma proposta de escolha entre *diferentes princípios de alocação da força de trabalho e da renda*. Em outras palavras, Offe acredita que, dado que a capacidade de absorção do mercado de trabalho é cada vez menor e, por conseguinte, o número de excluídos deste mesmo mercado cresce assustadoramente, o mais desejável e prático seria abrir o limite entre o mercado de trabalho e outras formas de atividade úteis e de direito à renda.

Esta última forma de solução tentaria simultaneamente estabelecer diferentes princípios de coordenação da força de trabalho e da renda e manter com êxito sua coexistência. Não aboliria o mercado de trabalho como um princípio alocativo, mas compensaria suas deficiências evidentes através da inserção de *outros* princípios de utilização e manutenção da força de trabalho sem qualquer um deles ser elevado ao status de um modelo *normal* ou *dominante*. Esta concepção de uma combinação horizontal de princípios de organização distintos supõe que os problemas emergentes do mercado de trabalho e do emprego não podem ser resolvidos todos de uma vez através de algum tipo de solução global ou total, mas somente através de uma *estrutura combinada* na qual modos inteiramente heterogêneos de consumo e subsistência material da força de trabalho, de produção e de distribuição existam simultaneamente sem interferência de um sobre o outro.<sup>130</sup>

Também outros autores têm trabalhado na elaboração desta *lógica alternativa de utilização e manutenção da força de trabalho* a que Offe se refere. Guerreiro Ramos (1989) apresenta uma relevante contribuição neste sentido. Ele propõe um modelo multidimensional de análise e planejamento de sistemas sociais, cujo ponto central é a noção de *delimitação organizacional*. Esta noção implica numa visão de sociedade constituída por uma variedade de enclaves (o mercado seria um deles) e onde são possíveis diferentes tipos de atividade, incluindo as de caráter substantivo (em contraposição às atividades instrumentais, no sentido weberiano do termo).

---

como pressuposto o trabalho como valor central. O conceito expresso seguirá a linha explorada por Max Weber.

129 OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado...* p. 85.

130 OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado...* p. 88.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos resgata o pensamento de Marcuse (1973) sobre o fenômeno de unidimensionalização da vida, que explica o processo de socialização do indivíduo na nossa sociedade através da internalização do caráter de mercado (ou lógica econômica) e a adoção deste caráter como o padrão normativo supremo de todas as relações interpessoais.

Guerreiro Ramos esclarece que seu modelo não é anti-mercado. Ao contrário, considera a coexistência de diferentes lógicas e racionalidades na sociedade. “(...) o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade multicêntrica, onde há descontinuidade de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais”.<sup>131</sup> Afirma também que o paradigma paraeconômico é, em grande parte, apenas a categorização de tendências básicas da sociedade pós-industrial.

O que está sendo colocado em xeque é a *estreiteza* da racionalidade econômica. Se Guerreiro Ramos (1989) baseou sua crítica no fato de que a transposição desta racionalidade para outras esferas da vida humana significou uma maneira ilusória e desastrosa de representação da realidade, devido a sua limitada utilidade funcional, o que vem sendo discutido atualmente é que esta racionalidade, mesmo no domínio do *mercado de trabalho*, já não mais atende às necessidades humanas.

Para Gorz(1989), da mesma forma que Offe e Guerreiro Ramos, a racionalidade econômica é estreita e ela mesma não tem consciência disto. O que ele deseja é demonstrar que ela tem limites ontológicos e existenciais, que só podem ser ultrapassados por meio de pseudo-racionalização, também irracional. Para descrever o aspecto central desta crise, ele cita Lionel Stoleru<sup>132</sup>, que afirma que a onda de avanços tecnológicos proporcionou uma série de empregos desnecessários e reduziu o emprego em larga escala, sem criar um número equivalente de empregos em outro lugar. Segundo Gorz, a solução para esta crise não é possível de ser estabelecida sobre a égide da racionalidade econômica.

131 GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A Nova Ciência das Organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989, p.141

132 Stoleru, Lionel. “Le Chômage de prospérité” in *Le Monde*. 31 de outubro de 1986.

Garcia (1987), Henderson (1988) e Ross (1986), dentre outros autores também elaboram modelos que incluem formas *alternativas* de locus de trabalho no sistema econômico da sociedade industrial, considerando atividades cuja lógica não necessariamente é instrumental e de fins lucrativos. Consideram novos *setores* (eles não utilizam esta denominação), tais como, economia paralela, sistemas comunitários de produção, coletividades e cooperativas, intercâmbio de bens e serviços, atividade doméstica, dentre outros.<sup>133</sup>

Dessa forma, parece que o dilema da afirmação *O trabalho acabou* suscita a possibilidade de duas problemáticas diferentes. A primeira, seria a crise de uma sociedade anteriormente centrada no trabalho e que, pelos motivos analisados, vê esta centralidade abalada.

A segunda problemática se contrapõe à primeira: a sociedade atual não estaria justamente vivemos um momento de “revitalização do trabalho enquanto categoria analítica privilegiada, como princípio educativo de politecnicidade, de bem-estar social, de identidade cultural e de cidadania universal?”<sup>134</sup> E por que tal movimento representaria uma crise? Talvez porque esta revitalização seja consequência de uma mudança estrutural do mundo do trabalho - de tal forma que implicasse, possivelmente, num outro *princípio de desempenho* - sendo que o conjunto de valores, símbolos e normas vinculados a esta realidade ainda não estivesse conseguindo assimilar tamanha mudança.

Em ambos os casos, a consequência observada é uma *crise do sentido do trabalho*.

### ***A crise do sentido***

No período industrial, até os anos 80, todas as discussões a respeito do sentido do

<sup>133</sup> É possível obter um painel sobre o assunto a partir do trabalho de CALDAS, Miguel P. *O Direito de Escolha - algumas considerações preliminares sobre a questão da diversidade e demais requisitos para uma transição ética rumo à sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos*. Trabalho apresentado à Disciplina A Arte de Governo, mimeo, FGV, 1992.

<sup>134</sup> BERNARDES, Roberto. “Trabalho: a Centralidade de uma categoria analítica” in: *São Paulo em Perspectiva*, 8(1), jan/mar 1994. p. 33.

trabalho para o indivíduo ou dos problemas ocasionados pelo trabalho têm suas raízes na alienação provocada não apenas pela separação do trabalhador de seu instrumento de trabalho - alienação clássica marxista - mas a alienação do trabalhador da finalidade do trabalho, uma vez que ele executa apenas fragmentos do trabalho, perdendo a conexão com o todo e, por conseguinte, com o sentido. (Pagès, 1987; Motta, 1991; Sievers, 1990; Fox, 1980).

Uma vez que se considere questões como o desemprego, o declínio dos empregos formais (conforme apresentado no capítulo 4, menos de 50% da população no ano 2000 estará vinculada a um emprego formal), a intensificação de novas formas de inserção no mercado de trabalho (autônomos, empregados terceirizados, micro-empresas etc), o declínio da proporção dos empregos industriais em detrimento dos empregos na área de serviços e, sobretudo, caso se considere a mudança da natureza do trabalho de uma forma geral (conforme foi visto, empregos mais qualificados, mais *abstratos* e *intelectuais* e menos fragmentados, devido, em grande parte, ao avanço tecnológico), pode-se concluir que a crise de sentido do trabalho diagnosticada nos anos 90 não pode mais ser atribuída, de forma geral, à fragmentação do trabalho, porque esta não é mais uma condição geral do trabalho. Ao contrário, esta crise deve-se muito mais ao *esvaziamento* do significado do trabalho, num momento histórico em que a categoria trabalho é colocada em xeque.

Na parte I deste estudo, ficou claro que o sentido do trabalho sempre esteve historicamente vinculado às condições materiais da sociedade, de tal forma que, se o trabalho no período moderno tem sido o valor maior, isto não se deve ao acaso. Marx tinha uma aguda percepção deste problema e afirmava mesmo ser contrário à idéia de que o trabalho é a fonte de toda riqueza e cultura.

“Os burgueses têm boas razões para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; porque precisamente da natureza do trabalho resulta que o indivíduo não dispõe de outra propriedade a não ser sua força de trabalho, deve em todos os estados sociais e culturais permanecer escravo de outros indivíduos que se tornaram proprietários das condições objetivas de trabalho”<sup>135</sup>

<sup>135</sup> MARX, Karl. *Rendglossen zum Program der Deutschen Arbeiterpartei*. Berlin: Korsch, 1922, p. 22 citado por Benjamin, W. “A Modernidade” in: *Revista Tempo Brasileiro*, 26/27, p.11.

Em outra parte da sua obra, Marx, citado por Fausto (1989), afirma : “Uma nação é realmente rica quando se trabalha seis horas em vez de 12. A riqueza não é comando sobre tempo de trabalho excedente, mas *tempo disponível* fora do que é utilizado na produção imediata, para cada indivíduo e para toda a sociedade.”

O que parece haver nos anos 90 é uma inadequação do sentido do trabalho à nova realidade econômico-social. A apreensão gerada em função desta inadequação do sentido é colocada por Anthony (1980),

“se o homem entra na sociedade através do trabalho, o que será da sociedade se o trabalho termina? E se o trabalho é que gerou a lógica do relacionamento na sociedade industrial, como este relacionamento será explicado se esta sociedade mudar? É possível que o homem se torne verdadeiramente alienado dos outros homens somente quando ele for libertado do trabalho que supostamente o alienava?”<sup>136</sup>

e por Lévy-Leboyer (1994): “Enfim ,a idéia da saída da crise econômica passa também, e talvez antes de tudo por uma reorganização profunda tanto no plano psicológico como no plano social dos sistemas de trabalho.”<sup>137</sup>

Uma vez que as mudanças são reais e concretas e que, embora as explicações possíveis sobre sua natureza e seu destino não sejam convergentes, é inevitável que uma nova lógica de relacionamento se instale. Desta maneira, em contrapartida a uma realidade de esvaziamento do sentido do trabalho, tende a haver, necessariamente, um movimento em direção à construção de um novo sentido. E se este ainda não está claro para a sociedade dos anos 90, isto teria duas razões. A primeira delas é que tal sentido ainda está em construção e a segunda, é a dificuldade conceitual de se entender uma fase de transição dentro da lógica do modelo antigo, ou como questiona Rouanet, “não significa que a contestação teórica da sociedade industrial feita no interior dessa sociedade, tem que ser necessariamente imperfeita?”<sup>138</sup>

<sup>136</sup> ANTHONY, Peter David. “Work and loss of meaning” in: *International Social Science Journal*, 32(3). 1980.

<sup>137</sup> LÉVY-LEBOYER. *A Crise das Motivações*. Op. cit. p. 113.

<sup>138</sup> ROUANET. “De Eros a Sísifo”, p. 107.

### Cap. 7 - Tendências: a substituição da utopia?

*“No modelo fordista, dizíamos: ‘Há dez anos eu não teria conseguido comprar este carro, passar uma semana no Club Méditerranée; há dez anos eu não tinha um som estereofônico’. No modelo alternativo, diremos: ‘Há cinco anos eu não teria podido passar o mês de abril conhecendo a Sicília. Eu voltava tarde demais do trabalho, não tinha esta hora para estudar piano que tenho agora, ou para brincar com meus filhos, ou para conversar com meus amigos à tardinha. E, daqui a dois anos, vou tirar meu ano sabático para fazer um livro de fotos sobre minha cidade”.*

Alain Lipietz em *A Audácia*

Para Gorz, mais do que uma crise econômica ou social, estamos vivendo uma crise da utopia, ou seja, a visão de futuro sobre a qual a civilização baseia seus projetos, estabelece suas metas e constrói suas esperanças está em crise. A utopia que vigorou nas sociedades industriais nos últimos duzentos anos está em colapso. “Quando uma utopia entra em colapso desta forma, isto indica que toda a cadeia de valores que regula a dinâmica social e o sentido de nossas atividades estão em crise”.<sup>139</sup>

A utopia industrial prometeu às pessoas que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica iriam liberar a humanidade da escassez, injustiça e miséria e que este desenvolvimento iria conferir à humanidade o poder ilimitado para dominar a Natureza e então o trabalho se tornaria *demiúrgico* e uma atividade *auto-poética*, na qual uma realização individual incomparável seria reconhecida como direito e dever e como instrumento de emancipação de todos.

Ainda, para Gorz, se ficarmos presos ao colapso desta utopia não seremos capazes de perceber o potencial de liberação oferecido pelas mudanças atuais ou mudá-las em nosso benefício através da atribuição de significado a elas.

Mattoso afirma que tais mudanças, ao contrário da organização do trabalho taylorista-fordista, transforma a “fábrica em um organismo complexo, capaz de aprender e ajustar-se às necessidades oligopolistas de competir em qualidade e diferenciação do produto, e traz em seu bojo a necessidade de um novo tipo de trabalhador que valorizaria seu

<sup>139</sup> GORZ, André. *Critique of economic reason...*, p.8.

conhecimento técnico individual e, mais polivalente, seria capaz de interagir criativamente com o novo processo de trabalho.”<sup>140</sup>

Um tendência apontada por Lipietz é : “nossa época indica a possibilidade de uma inversão da tendência secular do capitalismo, levada ao paroxismo pela revolução taylorista, que procura separar os aspectos manuais e intelectuais do trabalho.”<sup>141</sup> Esta seria a forma de o patronato conseguir um trabalho mais rico e de maior qualidade, oriundo de trabalhadores então qualificados, interessados e com iniciativa. E qual seria o retorno disto para o trabalhador? Segundo Lipietz, nada além da garantia do emprego e de um trabalho mais interessante.

Lipietz (1992) nos convida a substituir a utopia do comunismo pela utopia da *ecologia política*. Segundo o autor, a economia estuda as leis do domínio e a ecologia é o estudo do sentido e da racionalidade do domínio. Assim, “economia é a ciência das atividades humanas de produção e distribuição. A ecologia, como ciência, amplia esse ponto de vista: aquém e além da atividade, ela leva em conta o meio onde intervém esta atividade, a interação entre o meio, a atividade e a modificação do meio como subproduto da atividade.”<sup>142</sup>

Talvez a tendência mais utópica seja representada pela diminuição da jornada de trabalho e conseqüente readaptação cultural decorrente do fim do mercado como valor central da nossa sociedade, conforme temos desenvolvido até aqui. Tendência utópica, sim, mas incrivelmente defendida por inúmeros teóricos relevantes da nossa época.

Aliado a isso, outro item significativo deve-se ao fato de inúmeros *profetas*, das mais diferentes linhas teóricas, sinalizarem para o futuro novas relações de trabalho, dominadas por uma nova racionalidade, e, acima de tudo, um novo conceito de trabalho, onde o sentido torna-se uma característica intrínseca à ação humana.

---

140 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho...* p.68.

141 LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa ...* p.65.

142 LIPIETZ, op. cit. , p. 75

### **Afinal, vivemos outro princípio de desempenho?**

Retomando a definição de Marcuse, expressa na introdução desta dissertação, o princípio do desempenho é a forma histórica predominante do princípio da realidade. Este, por sua vez, é um princípio de funcionamento mental, que se opõe ao princípio do prazer, fazendo com que o indivíduo adie sua satisfação, renunciando ao prazer momentâneo e destrutivo, em prol de um prazer restringido, mas garantido, de acordo com as normas e relações estabelecidas na sociedade. (Marcuse, 1975).

O princípio do desempenho representa essa mediação da sociedade em relação ao indivíduo num determinado período histórico. Não é o objetivo aqui tentar classificar ou enquadrar este período conforme discussões recentes, como: fim do capitalismo *versus* crise cíclica, crise da modernidade, crise pós-moderna, Terceira Revolução Industrial, crise de paradigma, dentre outros. (Kurz, 1993, Bernardes, 1994, Rifkin, 1996, dentre outros). A intenção é analisar se, dadas as condições históricas dos anos 60 (quando Marcuse escreveu *Eros e Civilização*), podemos dizer que as dos anos 90 apresentam diferenças significativas a ponto de sinalizar a existência de outro princípio de desempenho.

Nossa resposta é sim. Acreditamos que o princípio de desempenho dos anos 90 seja um novo princípio de desempenho, baseado nos seguintes pontos:

1- Alteração do processo produtivo, passando de uma característica de trabalho fragmentado e de separação entre o executante e o dirigente, para novas formas de organização da produção, iniciadas com o surgimento do toytismo (que rompeu com a hegemonia do fordismo) e consolidadas em novas formas de produção, em especial, pequenos núcleos de trabalho (autônomos e *terceiros* - não se considerando aqui outras características desse trabalho, relacionados à qualidade), empresas em estrutura de rede (Handy, 1991) e as organizações de serviços. Conforme Mattoso (1995):

”estas mudanças [emergência da Terceira Revolução Industrial e reestruturação mundial do capitalismo] alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas mas restritas relações

de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os *anos dourados* do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.”<sup>143</sup>

2- Novo conteúdo de trabalho, mais abstrato, generalista e complexo; e, como consequência, novo perfil do trabalhador;

3- Questionamento do trabalho (labor) como valor central da economia, em decorrência dos problemas apresentados, como desemprego e avanço tecnológico, conforme visto nos capítulos anteriores.

A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (que aos contemporâneos possa talvez parecer uma linha) em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico. Mas por outro lado quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância.<sup>144</sup>

Como face da mesma moeda, observa-se a ascensão da categoria lazer. Antunes (1995) coloca a questão: estaria a classe-que-vive-do-trabalho desaparecendo?

(...) a categoria trabalho não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da *praxis* humana existente na sociedade contemporânea? A chamada *crise da sociedade do trabalho* deve ser entendida como o fim da possibilidade da *revolução do trabalho*? O *trabalho* não é mais elemento *estruturante* de uma nova forma de sociabilidade humana? Não é mais *protoforma* da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza?<sup>145</sup>

De acordo com Fausto (1989) é possível encontrar, na obra de Marx, o prenúncio destas condições. Marx chegou a concluir que este fato - *o progresso da tecnologia* - iria excluir do *trabalho* a característica de ser fonte de riquezas e, como consequência, *o tempo de trabalho*, deixaria de ser sua medida. Isto significa, para Marx, uma mudança no processo material de produção.

Estamos, assim, diante de uma verdadeira transformação - como vimos, o termo se encontra no texto [de Marx] - do processo produtivo, de uma mutação tecnológica, e os efeitos formais considerados não atingem apenas o nível, que é

143 MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho...* p.70.

144 KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização...* Op. cit. p.81

145 ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP. 1995, p. 10.

afinal, fenomênico, da taxa de lucro, mas os *fundamentos* do sistema. A mutação tecnológica não produz contradições internas no sistema, ele provoca a explosão de suas bases [grifo nosso].<sup>146</sup>

Para Marx, essa fase, caracterizada como pós-indústria, representaria o momento de transição entre o capitalismo e o comunismo, através do início na libertação da humanidade do reino da necessidade. (Fausto, 1989). Da mesma forma, Marcuse julgava-se convencido de que o desenvolvimento das forças produtivas nos países industriais já havia criado uma base material para superação da repressão. (Rouanet, s/d). Assim, Marcuse e Marx esperavam que o *princípio do desempenho* hoje fosse outro em função do desenvolvimento destas forças produtivas. Mas, na verdade, as condições políticas determinaram outro movimento e o *princípio de desempenho* não evoluiu de acordo com a expectativa deles.

Outro ponto interessante na análise de Fausto (1989) é a mudança da *origem da riqueza* sendo, anteriormente, o trabalho e passando a ser, na pós-indústria - e como queremos afirmar, no *princípio do desempenho* - o não-trabalho.

Com a pós-grande indústria, há ruptura dessa situação. *A riqueza não é mais produzida pelo trabalho, mas pelo não-trabalho*. Isto num duplo sentido. Em primeiro lugar, a riqueza material já não depende essencialmente do trabalho. Em segundo lugar, a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte etc) e esta é produzida no tempo de não trabalho. Assim, a substância da riqueza não é mais o trabalho, mas é o não-trabalho. Ela é cristalização do trabalho científico, mas o trabalho científico *entra* no tempo livre.<sup>147</sup>

Encontra-se, em Fausto (1989), elementos que indiquem a *ação* (na definição de Arendt) transsubstanciada ou coisificada a nova origem da riqueza e, a nova base sobre a qual o trabalho será calcado. Este fato está implícito na sua idéia de não-trabalho como *coisificação do trabalho científico*.

Esse questionamento do trabalho (labor) como valor central da sociedade, que na nossa opinião é indicativo de um novo *princípio de desempenho*, pode ter duas conseqüências: 1- o esvaziamento do conceito de *trabalho* e a substituição da atividade humana por outro

<sup>146</sup> FAUSTO, Ruy. "A Pós-Grande Indústria nos Grundrisse (e para além deles)" in *Lua Nova*, no 19. 1989, p. 55.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 63.

termo qualquer, como o *não-trabalho* de Fausto, e a substituição da *sociedade centrada no trabalho* para a *sociedade centrada no tempo-livre ou no não-trabalho*, conforme a visão de Offe (1989) ou 2- a transformação do conceito de trabalho, permanecendo a sociedade dos anos 90 uma sociedade alicerçada no trabalho, mas um trabalho com um significado completamente diverso, cuja característica maior fosse permitir a criação humana (no sentido de auto-expressão e, portanto, incorporando o conceito da ação de Arendt). Seria um trabalho que se aproximaria do conceito de *trabalho reinventado* de Aznar (1995), do *trabalho-jogo* de Alves (1987) ou do conceito de *trabalho-desfrute* de Santo Agostinho, conforme vimos no capítulo 5. Ou, conforme Bridges, é o fim do *emprego* e não do trabalho. (vide capítulo 5). Tal transformação seria *uma adaptação do sentido do trabalho ao novo princípio de desempenho*, ou seja, às novas condições de regulação da sociedade.

## Conclusão

Sobre a questão inicial: “*O conflito irreconciliável não é entre o trabalho (princípio de realidade) e Eros (princípio do prazer), mas entre o trabalho alienado (princípio do desempenho) e Eros*”<sup>148</sup> não é possível ser categórico na afirmação de que o *novo princípio de desempenho* (cuja existência foi defendida no capítulo 7) seja conciliável com o *princípio do prazer*. Contudo, poderíamos dizer que, em vista do que foi desenvolvido neste estudo, existe uma tendência de que as condições dos anos 90 sejam mais favoráveis à existência do trabalho prazeroso.

As mudanças no *mundo do trabalho*, decorrentes principalmente do avanço tecnológico (e que trouxeram como consequência o desemprego e o ascensão do lazer como atividade central da modernidade - como foi analisado na parte II), vêm liberando o trabalho do *fardo* de ser a fonte de toda a riqueza e permitindo que ele assuma formas diferentes e que possa, inclusive, ser guiado por uma racionalidade que não seja estritamente econômica. Isto fica claro quando se considera as experiências do Terceiro Setor (e o peso que as ONG's vem assumindo em relação à totalidade da economia como geradora de empregos), a reclamação de um salário vinculado à vida humana (como postula a Escola Francesa de Regulação) e formas alternativas de trabalho desenvolvidas no bojo de uma realidade instrumental.<sup>149</sup>

Essas mudanças significativas da realidade (que serve como mediadora à realização dos desejos humanos) resultaram na passagem de uma série de atividades que eram próprias da mão humana para as máquinas, de tal forma que tornou possível o resgate do envolvimento de algumas habilidades humanas retiradas pelo taylorismo. O atual *mundo do trabalho* abre a possibilidade para um trabalho que seja mais cognitivo, autônomo e complexo

---

148 MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização* ... p. 60.

149 Dimenstein, em artigo na *Folha de São Paulo* (1996), cita o exemplo de Nova York, onde a prefeitura (de direita) já empregou 34 mil pessoas que ficavam mendigando nos parques, em atividades rudimentares, como limpeza de parques ou de vigia. O plano envolve não apenas a criação destes empregos, mas cursos de reciclagem e educação profissional, tratamento contra drogas e alcoolismo, sistemas de creches etc. Outro exemplo foi levantado por Cicciamali (1996), no capítulo 6 deste estudo, onde a autora cita a realocação do trabalho produtivo, a diminuição do número de horas trabalhadas, elevação da qualidade dos sistemas educacionais, o aperfeiçoamento dos sistemas de transferência social e o crescimento de atividades não lucrativas e com alcance comunitário que fazem hoje parte da configuração política da maior parte dos países industrializados.

e onde o indivíduo possa utilizar sua carga psíquica “articulada com o conteúdo da tarefa e sendo revigorado por ela” (Dejours, 1994), além de propiciar (até mesmo como consequência) formas de organização mais flexíveis. Tal fato é decisivo, se, como coloca Dejours, a liberdade de organização do trabalho é o componente-chave para a existência do prazer no trabalho. (ver capítulo 2).

Por outro lado, conforme foi analisado por Gorz (1988) no capítulo 5, enquanto tais melhorias possam ser percebidas pelas pessoas que continuam trabalhando, uma grande parcela da população foi excluída da participação do mercado de trabalho. Assim, este mesmo princípio de desempenho, por um lado, acena com a possibilidade de um trabalho que proporciona prazer e, por outro, faz com que este trabalho seja privilégio de uma minoria.

Durante todo este trabalho foi ressaltado que o *mundo do trabalho* influencia e define o *sentido do trabalho* em determinado momento histórico. O contrário, como foi visto, também ocorre: o sentido presente do trabalho influi na formação do mundo do trabalho. Existe, assim, uma relação dialética entre as duas dimensões. Por isto, talvez não seja excesso de otimismo pensar que, se o *mundo do trabalho* fornece hoje maiores possibilidades concretas de uma *trabalho prazeroso* do que no passado, este mesmo trabalho - na medida em que o prazer carrega em si um componente transformador e revolucionário<sup>150</sup> - possa influenciar o mundo do trabalho, alavancando mudanças em proporções cada vez maiores.

---

<sup>150</sup> Conforme colocado por Burrell (s.d.), o prazer possui três faces. A primeira delas é um reservatório de energia que *pode ser* canalizada e direcionada para o atingimento de objetivos corporativos. A segunda face representa a fuga da realidade e a aquisição de uma *alegria serena*. A terceira face, aqui referida, implica na *liberação política*, na mudança e transformação. “O prazer, neste sentido, é a maior poderosa arma que o ser humano possui”. (p. 78).

## Referências Bibliográficas

- ALVESSON, Mats. *Organization Theory and Technocratic Consciousness: Rationality, Ideology and Quality of Work*. Berlin, New York: de Gruyter. 1987.
- AMADEO, Edward J. "Desemprego: teorias e evidências sobre a experiência recente na OECD" in: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 46(4), out/dez, 1992.
- ANTHONY, Peter David. "Work and loss of meaning" in: *International Social Science Journal*, 32(3). 1980.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP. 1995.
- ANTUNES, Ricardo. "Contra a lógica da produção destrutiva". *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3 de março de 1996, p.13.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Editora Página Aberta. 1995.
- BENJAMIN, W. "A Modernidade" in: *Revista Tempo Brasileiro*, 26/27, s.d.
- BERNARDES, Roberto. Trabalho: a centralidade de uma categoria analítica in: São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE. 8 (1). Jan/ Mar. 1994.
- BIDET, Jacques & TEXIER, Jacques. *La Crise du Travail*. Paris: Press Universitaires de France. 1994.
- BRANDÃO, Junito. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes. 1992.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital Monopolista - A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.
- BRESSER, L. C Pereira. "Colapso da Modernização ou Crise Cíclica?" in: *Novos Estudos Cebrap*, nº36, julho/93.
- BRIDGES, Willian. *Um Mundo sem Empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- BURREL, Gibson. "The Organization of Pleasure" in: *Critical Management Studies*. s.d.

- CACCIAMALI, M.C. "Crise atual no país não é inexorável". *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3 de março de 1996.
- CAPRA, Fritjof. *Sabedoria Incomum*. São Paulo: Cultrix. 1991.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. "Mercado de Trabalho: desemprego nos serços, no comércio e na indústria". Abril de 1996.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. "O Desemprego na Indústria". Maio de 1996.
- COUTINHO, L. "Percalços e problemas da economia mundial capitalista". in: BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, L (org). *Desenvolvimento capitalista no Brasil - Ensaio sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- COUTINHO, L. "A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança" in: *Economia e Sociedade*. Agosto de 1992.
- DEJOURS, Christophe *et alli*. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas. 1994.
- ETZIONI, Amitai. *A Comparative Analysis of Complex Organizations*. Nova York: Free Press. 1968.
- FAUSTO, Ruy. "A Pós-Grande Indústria nos Grundisse (e para além deles)" in *Lua Nova*, no 19. 1989.
- FOX, Alan. "The Meaning of work" in: ESLAND, Geoff & SALAMAN, Graeme. *The Politics of Work and Occupations*. s.l.: The Open University Press Milton Keynes, 1980.
- GARCIA, Ramon M. "A nova riqueza e gestão dos recursos produtivos" in: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 2(21), nov 92.
- GIANNOTTI, José Arthur. "As diabruras metafísicas de Robert Kurz" in: *Novos Estudos Cebrap*, nº36, julho/93.
- GORZ, André. *Critique of economic reason*. Bristol: Bookcraft (Bath) Ltd. 1989.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Administração e Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV. 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Ciência das Organizações*. Rio de Janeiro: FGV. 1989

- \_\_\_\_\_. *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho*. Tese apresentada ao concurso para Técnico de Administração do quadro permanente do Depto Administrativo do Setor Público. 1949.
- HAMMER, Michael. "Conference Stresses Job Innovation". *Washington Post*, 21 de julho de 1993 citado por RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books. 1995.
- HANDY, Charles. *The Age of Unreason*. Boston: Harvard Business School Press. 1989.
- HARMAN, Willis & HORMANN, Jonh. *O Trabalho Criativo*. São Paulo: Cultrix. 1992.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1993
- HENRIQUÊZ, Eugene. "Imaginário, Recalcamento e Repressão nas Organizações" in: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. No 36/37. 1974.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo. Paz e Terra. 1993.
- João Paulo II. *Carta Encíclica Laborem Exercens*. 1981.
- LAPLANCHE & PONTALIS . *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- LÉVY-LEBOYER, Claude. *A Crise das Motivações*. São Paulo: Atlas. 1994.
- LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel. 1991.
- LÖVY, Michael. "A Escola de Frankfurt e a Modernidade: Benjamin e Habermas" in: *Novos Estudos Cebrap*, no 32. Março de 1992.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1975.
- MARTINS, Paulo Emílio. *O Trabalho e as Organizações Pós-Industriais: Maldição de Sísifo ou Alegria dos Jóis?*. Trabalho apresentado à disciplina Tópicos Recentes de Administração. EAESP/FGV. mimeo. 1994.
- MARTINS, Maria Augusta Gomes. *Políticas de Carreira e Subjetividade nos Indivíduos*. Dissertação de mestrado apresentada à EAESP/FGV. mimeo. 1995. 134p.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta. 1995.

- MORGAN, Gaeth. *Images of Organization*. Beverly Hills, CA: Sage. 1986.
- MOTTA, Fernando C.P. *Teoria das Organizações*. São Paulo: Pioneira. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Pioneira. 1991.
- \_\_\_\_\_. "Organizações: Vínculo e Imagem" in *Revista de administração de Empresas*. São Paulo, 31(3). Jul/Set. 1991.
- MOW, International Research Team. *The meaning of Working*. Londres: Academic Press. 1987.
- NAJBERG, Estela. *Lazer e Teoria Organizacional*. Dissertação de Mestrado apresentada à FGV, São Paulo, mimeo. 1996.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAGÈS, Max et alli. *O Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas. 1987.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus. 1980.
- POSTNER, Barry, RANDOLPH, Alan & WORTMAN, Max. "A New Ethic for Work? The work Ethic" in: *Human Resource Management*, nº 3. 1975.
- POSSAS, Mário Luiz. "O projeto teórico da Escola da Regulação" in: *Novos Estudos Cebrap*. 1988.
- POSTNER, Barry Z, RANDOLPH, Alan e WORTMAN, Max S. "A New Ethic for Work? The Work Ethic" in: *Human Resource Management*. Fall 1975.
- PRADO, Antonio. "Exclusão coloca em risco a democracia". *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. 3 de março de 1996.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books. 1995.
- ROSSI, Clóvis. "Um Câncer Diabólico". *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. 3 de março de 1996.
- ROUANET, Sérgio Paulo. "De Eros a Sísifo" in: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Nº 17/18. s/d.
- SACHS, Ignacy. "Apartheid social ameaça força de trabalho. *O Estado de São Paulo*. Caderno especial, 14 de janeiro de 1996.
- SACHS, Ignacy. "Crescimento tem que ser reorientado." *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3 de março de 1996.

- SCHWARTZ, Roberto. "Ainda o livro de Kurz" in: *Novos Estudos Cebrap*, no 37, novembro/93.
- SELIGMANN-SILVA. "Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho: Marcos de um Percurso." in DEJOURS, Christophe *et alli*. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas. 1994.
- SIEVERS, Burkard. "Além do Sucedâneo da Motivação" in: BERGANIMI, Cecília & CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional - Motivação e Liderança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1990.
- SINGER, P. Globalização e Emprego. *Novos Estudos Cebrap*, nº 45, jul/96`
- SOARES, Rodrigo & PERO, Valéria. "O que é Desemprego Tecnológico?" in: *Economia, Capital e Trabalho*. PUC. 3(3). 1995.
- VOUTYRAS, Stavros. "The Classical and the Romantic approach to work". *International Social Science Journal*. 32(3). 1980.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1967.
- WOOD, Thomaz. "Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido" in: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 32(4), set/out. 1992.